

Essentia PCHs S.A.

CNPJ/MF nº 07.802.794/0001-56

Relatório da Administração

Comentários de Desempenho: 1. Considerações iniciais: A Companhia seguiu bastante ativa no exercício de 2023, promovendo melhorias em suas operações e gestão...

Após a publicação da Lei nº 14.052/2020 e a edição da Resolução Normativa nº 1.035/2022 - que prevê a metodologia de cálculo para extensão dos prazos das outorgas das usinas hidrelétricas em troca da renúncia das ações judiciais que discutem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e, consequentemente, da quitação dos débitos em aberto junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)...

na legislação. 5. Desempenho econômico-financeiro: Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. Receita Operacional: A receita líquida foi de R\$ 326.479 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023...

Table with 4 columns: SPE, Usina, Entrada em Operação Comercial, Data Final Outorga Original, Novo Prazo Final da Outorga Ajustada + Extensão GSF

Table with 2 columns: Consolidado 31/12/2023, Consolidado 31/12/2022. Rows include Receita líquida, Geração Operacional de Caixa, Lucro líquido do exercício, Depreciação e amortização, Resultado financeiro, Imposto de renda e contribuição social, EBITDA.

A geração de caixa operacional das operações continuadas da Companhia, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 241.709 mil no exercício findo em dezembro de 2023 (+15,0% frente 2022), impactado principalmente pela melhor hidrologia do período. Resultado do exercício: O Grupo apurou um lucro líquido das operações continuadas, de R\$ 101.647 mil no exercício findo em dezembro de 2023...

Table with 2 columns: Consolidado 31/12/2023, Consolidado 31/12/2022. Rows include Receita líquida de vendas, Custo do serviço de energia elétrica, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas, Operações descontinuadas, Lucro das operações descontinuadas, Lucro líquido do exercício.

Endividamento: Em 31 de dezembro de 2023, a posição da dívida do Grupo era de R\$ 650.031 mil que representa uma redução de 8,78% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cuja dívida total era de R\$ 712.625 mil. 6. Auditores Independentes: A Deloitte Touche Tohmatsu Limited foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras anuais e revisão limitada das informações financeiras trimestrais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas com honorários de auditoria totalizaram o montante de R\$ 1.223 mil. Em 31 de dezembro de 2022 as despesas totalizaram R\$ 887 mil. 7. Agradecimentos: Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Table with 4 columns: Ativo Circulante, Não circulante, Realizável a longo prazo, Passivo Circulante, Não circulante, Patrimônio Líquido, Total atribuído aos acionistas da controladora, Demonstrações do Valor Adicionado - Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022.

Demonstrações do Resultado - Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

Table with 4 columns: Receita líquida de vendas, Custo do serviço de energia elétrica, Lucro bruto, Despesas gerais e administrativas, Lucro operacional, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas, Operações descontinuadas, Lucro das operações descontinuadas, Lucro líquido do exercício, Lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações RS, Demonstrações do Resultado Abrangente - Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, Lucro líquido do exercício, Outros componentes do resultado abrangente, Total do resultado abrangente, Das operações, Descontinuadas, Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Receitas financeiras, Variações cambiais, líquidas, Valor adicionado total a distribuir de operações descontinuadas, Valor adicionado total a distribuir, Distribuição do valor adicionado, Pessoal e encargos, Benefícios, Impostos, taxas e contribuições, Federais, Estaduais, Municipais, Remuneração de capital de terceiros, Juros, Outras despesas financeiras, Aluguéis, Remuneração de capitais próprios, Lucro líquido do exercício, Resultado das operações descontinuadas, Valor adicionado distribuído de operações descontinuadas, Valor adicionado distribuído, Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Table with 6 columns: Capital social integralizado, Ajuste de avaliação patrimonial, Reserva legal, Reservas de Lucros, Dividendos adicionais acumulados, Lucros acumulados, Participação de não controladores, Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora, Total do patrimônio líquido.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

Table with 4 columns: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Fluxo de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional - A Essentia PCHs S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas. Em 30 de junho de 2022, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria") através de suas investidas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

XIX S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Companhia. A Companhia controla as seguintes empresas, que detêm ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL. A atuar como Produtores Independentes de Energia - PIE, à exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

Table with columns: Participação, Tipo de geração, 2023, 2022. Rows include Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A., Bahia PCH I S.A.

Cisão das operações de energia termoeletrica: No mês de maio de 2022, a Companhia realizou cisão parcial de seus ativos. Foram cindidas as filiais da operação de termoeletrica. A leitura dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas deve considerar que a comparabilidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 tem a particularidade da inclusão do resultado das filiais cindidas em conta especifica de atividade descontinuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Continuação das operações: Em 31 de dezembro de 2023, os passivos circulantes do Consolidado excederam os ativos circulantes no montante de R\$65.180 (R\$49.081) em 31 de dezembro de 2022 decorrente substancialmente das debêntures emitidas para custeio da construção da infraestrutura de Geração hidrelétrica de suas controladas e da provisão da liminar garantia física e penalidade de lastro de energia da controlada Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz").

Consolidado 2023 2022 Total do ativo circulante 123.946 122.439 Total do passivo circulante 189.126 171.520 Capital circulante líquido negativo (65.180) (49.081) A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente. A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do Grupo e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessário. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de fevereiro de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.3.1. Transações e saldos: Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisição societárias e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. 2.5. Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação laciar (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho nº 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012. Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042. Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049. Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada a Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV, a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação laciar. O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009). Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de energia elétrica da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039. Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de energia elétrica da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046. Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G"), Concessionária de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São

Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais. Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelece o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica. Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens revertendo no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri. O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041. Em 15 de

agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 02 de setembro de 2045. Rio PCH I S.A. Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapona, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até a subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Iaperuna. A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR). O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039. Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044. Bahia PCH I S.A. Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010. Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040. Em 15 de agosto de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 3.242/2023, que altera o prazo da outorga de energia elétrica da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio

Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. 2.6. Transações com participações de não controladores: Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. 2.8. Demonstração do valor adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras. 3. Principais Práticas Contábeis - As principais práticas contábeis e critérios de consolidação estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas. 4. Gestão de Risco - 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Table with columns: Risco, Exposição, Metodologia utilizada para mensuração do impacto, Gestão. Rows include Risco de Mercado - câmbio, Risco de Mercado - taxa de juros, Risco de crédito, Risco de liquidez.

(a) Risco de mercado Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas. O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário ("DI") e pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas as taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são

elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juro. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita seriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Table with columns: Operação, Índexador, Saldo em exposição, Cenário I Impacto provável no resultado, Redução de índice em 25%, Cenário II Elevação de índice em 25%, Redução de índice em 50%, Cenário III Elevação de índice em 50%, Total Geral. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Debêntures - Juros, Debêntures - Juros.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações comprometidas. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobre a caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de

Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. (c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as cláusulas restritivas (covenants), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$43.698 (R\$16.299 em 31 de dezembro de 2022) e no Consolidado de R\$76.999 (R\$83.908 em 31 de dezembro de 2022) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Table with columns: Operação, Nota, Até um ano (I), Acima de 1 até 3 anos (II), Acima de 3 até 5 anos (III), Vencimentos Acima de 5 anos (IV), Total Geral. Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Em 31 de dezembro de 2022, Em 31 de dezembro de 2023.

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e partes relacionadas. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. 4.2. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade

de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeiro. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do

Table with columns: Controladora Consolidado, Nota, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Total das debêntures, Divida líquida, Total do patrimônio líquido, Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida), índice de alavancagem financeira - %.

Os detalhes sobre as cláusulas contratuais restritivas ("covenants") do Grupo estão detalhadas na nota explicativa nº 20. 4.3. Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. (b) Risco hidrológico: A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil. Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidrelétricas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE. O Fator de Ajuste da Garantia Física ("GSF") pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas do Grupo participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, as usinas do Grupo participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") ("Garantia Física"). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. O Grupo está acompanhando a situação regulatória de perto, mas até o momento não há indicativos de que haverá qualquer reforma na Portaria nº 376/2015. Essa portaria suspende os efeitos do art. 6º da Portaria nº 463/2009, que trata sobre a revisão ordinária da garantia física das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Essa medida garante que a garantia física das PCHs permanecerá inalterada enquanto a Portaria nº 376/2015 estiver em vigor. Não há indicativos de reformas futuras, que possam impactar a garantia física das PCHs. A Companhia possui uma política de "comercialização" de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia do Grupo no curto e longo prazo. (c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil: Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do Grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que o Grupo terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio. (d) Mudanças climáticas: As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica. As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas: 1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas. 2. Controle da vazão da água para evitar cheias, abrindo ou fechando as comportas das barragens conforme necessário. 3. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas. Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024. ICP Brasil. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação

Essentia PCHs S.A.

dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 14. (ii) Referem-se quase em toda sua totalidade a obras e edificações em andamento na controlada Afluente G. (iii) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do intangível e imobilizado. **19. Fornecedores – Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 01 de janeiro de 2022				
Amortização	329	52	8.753	7.275
Transferência	-	-	4.095	3.965
Cisão	-	-	202	237
Saldo contábil, líquido	329	52	13.050	11.485
Custo	10.358	3.088	13.446	3.915
Amortização acumulada	(6.443)	(3.088)	(9.531)	-
Em 31 de dezembro de 2022	3.915	-	3.915	-
Em 01 de janeiro de 2023	3.915	-	3.915	-
Amortização	(495)	(142)	(637)	-
Transferência (ii)	(176)	176	-	-
Saldo contábil, líquido	3.244	34	3.278	-
Custo	10.390	1.016	11.406	-
Amortização acumulada	(7.146)	(982)	(8.128)	-
Em 31 de dezembro de 2023	3.244	34	3.278	-

(i) Direito de autorização refere-se à outorga autorizativa recebida pela controlada Galheiros para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica pelo prazo estabelecido em outorga. (ii) As transferências referem-se às reclassificações entre contas do Intangível.

	Direito de autorização (i)		Software		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Em 01/01/2022	105.521	21.398	1.423	1.423	128.342	24.244
Adição	-	57	-	57	57	57
Amortização	(12.363)	(4.317)	(870)	(17.550)	(11.550)	(17,550)
Cisão	-	-	(582)	(582)	(582)	(582)
Transferência	1.575	(366)	995	2.204	1.200	2.204
Saldo contábil, líquido	94.733	16.772	966	112.471	112.471	112,471
Custo	147.356	16.772	966	112.471	148.288	112,471
Amortização acumulada	(52.623)	(15.252)	(3.922)	(71.797)	(59,717)	(71,797)
Em 31/12/2022	94.733	16.772	966	112.471	112,471	112,471
Em 01/01/2023	94.733	16.772	966	112.471	112,471	112,471
Adição (ii)	-	1.643	46	1.689	1.689	1,689
Amortização	(13.172)	(3.277)	(23)	(133)	(16,605)	(133)
Transferência (iii)	(3.853)	501	574	(121)	(2,899)	(121)
Saldo contábil, líquido	77.708	15.639	551	758	94.656	94,656
Custo	142.147	34.168	692	6.056	183,063	183,063
Amortização acumulada	(64.439)	(18.529)	(141)	(5.298)	(88,407)	(88,407)
Em 31/12/2023	77.708	15.639	551	758	94.656	94,656

(i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização.

20. Debêntures – Política contábil: As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. A Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027. Em 24 de novembro de 2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205. Em 15 de outubro de 2021, a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 01/01/2022	64.706	52.272	94.794	82.212
Adição	(3.208)	-	(3.208)	-
Amortização	61.498	52.272	91.586	82.212
Em 31/12/2022	61.498	52.272	91.586	82.212
Em 01/01/2023	61.498	52.272	91.586	82.212
Adição (ii)	498.312	547.875	573.749	651.826
Amortização	(15.205)	(21.250)	(15.304)	(21.413)
Transferência (iii)	483.107	526.625	558.445	630.413
Saldo contábil, líquido	544.605	578.897	650.031	712.625

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	2023				
									2023	2022	2023	2022	
Essentia PCHs	3ª emissão Debêntures	625.000	15/10/2021	CDI + 2,00% a.a.	Bullet	Bullet	15/10/2029	(i) alienação fiduciária das ações da Companhia; (ii) cessão fiduciária de dividendos/receíveis da Companhia; (iii) alienação fiduciária das ações das Fiadoras; e (iv) cessão fiduciária de dividendos/receíveis das Fiadoras	563.019	600.147	563.019	600.147	
Santa Cruz	1ª emissão Debêntures	1ª Série - R\$ 57.000; 2ª Série - R\$ 38.000; 3ª Série - R\$ 41.000; 4ª Série - R\$ 39.000	15/06/2013	IPCA + 8,80% a.a.	Annual	Annual	1ª Série - 15/06/2027; 2ª Série - 15/09/2026; 3ª Série - 15/12/2026; 4ª Série - 15/03/2027	(i) cessão fiduciária de contas vinculadas; (ii) cessão fiduciária de contratos de energia no ambiente regulado; (iii) cessão fiduciária de receitas e direitos emergentes da autorização; (iv) alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia; (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; e (vi) fiança da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.	-	-	105.524	133.891	
									(-)	(18.414)	(21.250)	(18.512)	(21.413)
									544.605	578.897	650.031	712.625	

a) Movimentação de debêntures

	Controladora		Consolidado		Empresas	Natureza	31/12/2023			Controladora 31/12/2022		
	Debêntures	Total	Debêntures	Total			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
Movimentação												
Saldo em 01/01/2022	636.048	612.305	785.652	761.662	Galheiros Geração de energia elétrica S.A	Custo compartilhado	6	-	-	102	-	-
Provisão de juros	85.011	85.011	97.341	97.341	Santa Cruz Power Corporation S.A.	Custo compartilhado	-	11	-	209	-	-
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	-	-	Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Custo compartilhado	-	8	-	158	-	-
Liquidação do principal	(42.875)	(42.875)	(65.776)	(65.776)	Goia's Sul Geração de Energia S.A.	Custo compartilhado	-	22	-	408	-	-
Liquidação dos encargos	(78.037)	(78.037)	(91.261)	(91.261)	Rio PCH I S.A.	Custo compartilhado	-	18	-	330	-	-
Saldo em 31/12/2022	600.147	578.897	734.039	712.625	Bahia PCH I S.A.	Custo compartilhado	-	10	-	211	-	-
Saldo em 01/01/2023	600.147	578.897	734.039	712.625	Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Reembolso	-	-	-	-	-	729
Provisão de juros	83.652	83.652	94.238	94.238	Infraestrutura Brasil Holding IV S.A	Reembolso	-	-	-	-	-	1.285
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	5.835	5.835	Santa Cruz Power Corporation S.A.	Outras contas a receber	6	-	69	1.418	-	2.014
Liquidação do principal	(34.250)	(34.250)	(67.424)	(67.424)	Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A	Dividendos a pagar	-	-	15.854	-	-	13.444
Liquidação dos encargos	(86.530)	(86.530)	(98.146)	(98.146)	Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A	Dividendos a pagar	-	-	7.393	-	-	2.561
Saldo em 31/12/2023	563.019	544.605	668.542	650.031	Galheiros Geração de Energia elétrica S.A	Dividendos a receber	2.233	-	-	1.585	-	-
Curto prazo					Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Dividendos a receber	13.723	-	-	7.489	-	-
Longo prazo					Goia's Sul Geração de Energia S.A.	Dividendos a receber	7.457	-	-	17.653	-	-
Total	544.605	578.897	650.031	712.625	Rio PCH I S.A.	Dividendos a receber	31.545	-	-	27.442	-	-
					Bahia PCH I S.A.	Dividendos a receber	14.797	-	-	10.488	-	-
					Santa Cruz Power Corporation S.A.	Contratos de mútuo	69.755	-	23.247	64.657	-	16.005
					Rio PCH I S.A.	Contratos de mútuo	10.856	41.886	-	14.593	52.461	-
					Total	Total	80.617	69.229	23.316	83.466	78.271	18.019

	Controladora		Consolidado		Empresas	Natureza	31/12/2023			31/12/2022		
	Debêntures	Total	Debêntures	Total			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Movimentação												
Saldo em 01/01/2022	785.652	761.662	97.341	97.341	Santa Cruz Power Corporation S.A.	Reembolso	-	27.343	-	-	25.810	-
Provisão de juros	97.341	97.341	-	-	Rio PCH I S.A.	Reembolso	10.856	41.886	-	14.593	52.461	-
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	2.576	2.576	Total	Total	10.856	69.229	-	14.593	78.271	-
Atualização monetária	8.083	8.083	-	-			80.617	69.229	23.316	83.466	78.271	18.019
Liquidação do principal	(65.776)	(65.776)	-	-								
Liquidação dos encargos	(91.261)	(91.261)	-	-								
Saldo em 31/12/2022	734.039	712.625	18.511	18.511								
Saldo em 01/01/2023	734.039	712.625	61.586	61.586								
Provisão de juros	94.238	94.238	-	-								
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	2.903	2.903								
Atualização monetária	5.835	5.835	-	-								
Liquidação do principal	(67.424)	(67.424)	-	-								
Liquidação dos encargos	(98.146)	(98.146)	-	-								
Saldo em 31/12/2023	668.542	650.031	558.445	558.445								
Curto prazo			558.445	558.445								
Longo prazo			60.031	60.031								
Total	650.031	712.625	650.031	712.625								

b) Condições restritivas financeiras ("covenants"): As debêntures emitidas pela Companhia contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas da Essentia PCHs S.A. A Companhia está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição semestral. As debêntures emitidas pela Santa Cruz também estão sujeitas a covenants financeiros, sendo obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/EBITDA + Mútuos + AFACs + integralizações) de no máximo 3,50 a partir do ano referência de 2023. A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Companhia e controladas (ou a Adm) possuem controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados descumprimentos de covenants.

c) Composição por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
2023	-	52.272	-	82.212
2024	64.706	49.563	94.794	76.540
2025	66.625	66.625	94.577	9

... continuação

Essentia PCHs S.A.										
b) Movimentação da provisão para riscos prováveis					Essentia PCHs S.A.					
Movimentação	Controladora		Consolidado		Trabalhistas	Consolidado		Trabalhistas	Consolidado	
	Trabalhistas	Tributários	(-) Depósitos	Total		(-) Depósitos	Total		(-) Depósitos	Total
Saldo em 31/12/2021	54	-	-	54	7.210	3.002	793	(87)	(580)	10.328
Constituição	72	-	-	72	55	756	-	(18)	-	793
(-) Reversões	-	-	-	-	(1.488)	(169)	(854)	-	(2.511)	-
Cisão	(54)	-	-	(54)	(54)	(337)	-	18	(373)	-
Atualização monetária	-	-	-	-	491	314	61	(2)	31	895
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	(493)	(493)	-
Saldo em 31/12/2022	72	-	-	72	6.214	3.566	871	(99)	(1.042)	8.639
Constituição	64	-	-	64	129	25	-	-	-	1.025
(-) Pagamentos	-	-	-	-	-	(250)	-	-	(250)	-
(-) Reversões	-	-	-	-	(1.087)	-	-	-	(1.087)	-
Atualização monetária	22	-	-	22	862	406	-	-	1.268	-
Saldo em 31/12/2023	158	-	-	158	6.118	3.747	871	(99)	(1.042)	9.595

c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:

Empresas	Consolidado			
	Ambi-entais	Traba-lhistas	Tribu-tários	Total
Santa Cruz Power Corpora-tion S.A.	-	-	14.482	14.482
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	7.877	7.877
Goias Sul Geração de Energia S.A.	3.651	-	2.471	-
Rio PCH I S.A.	52.186	689	90	120
Bahia PCH I S.A.	32.288	23	337	167
Essentia PCHs S.A.	-	-	-	2.529
Saldo em 31/12/2022	94.630	1.456	3.044	27.755
Santa Cruz Power Corpora-tion S.A.	-	-	13.640	13.640
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	8.333	8.333
Goias Sul Geração de Energia S.A.	6.835	-	-	-
Rio PCH I S.A.	14.636	780	129	15.545
Bahia PCH I S.A.	4.272	-	369	182
Essentia PCHs S.A.	-	-	-	2.537
Saldo em 31/12/2023	25.743	908	369	24.821

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto: (i) Trabalhistas: Reclamações Trabalhistas

Acionistas	2023		2022	
	Participação - %	Quantidade de ações	Participação - %	Quantidade de ações
Infraestrutura Brasil Holding XVII	68%	133.633.364	84%	183.009.967
Infraestrutura Brasil Holding XIX	32%	62.309.985	16%	34.809.041
	100%	195.943.349	100%	217.869.008

Em julho de 2023, a Companhia aprovou a redução de capital no montante de R\$ 7.000, montante esse realizado em dezembro de 2023, passando de R\$ 69.557 para R\$ 62.557. **(b) Reserva legal** É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social. Em 2023, devido redução do capital social no montante de R\$ 7.000, o limite da reserva legal da Companhia foi ultrapassado e por isso o valor de R\$ 1.400 foi revertido. **(c) Dividendos:** A Companhia registrou dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nos montantes de R\$ 15.854 e R\$ 7.393 para suas acionistas Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., respectivamente. A controladora Rio PCH I registrou dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para não controladores no valor total de R\$ 2.056. **(d) Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros de R\$ 69.737 ultrapassaram em R\$ 7.180 o capital social da Companhia que é de R\$ 62.557. Em observância ao artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a destinação das referidas reservas será definida na Assembleia de Acionistas, podendo ser constituído dividendos adicionais para distribuição aos Acionistas, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ou destinado ao aumento do capital social. **(e) Lucro básico e diluído por lote de mil ações**

Lucro básico e diluído por lote de mil ações	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia proveniente de operações continuadas	92.984	53.471	-	-
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia proveniente de operações descontinuadas	-	10.551	-	-
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	195.943	217.869	-	-
Lucro básico e diluído atribuído por lote de mil ações das operações continuadas- R\$	0,47	0,25	-	-
Lucro básico e diluído atribuído por lote de mil ações das operações descontinuadas- R\$	-	0,05	-	-
Lucro básico e diluído atribuído por lote de mil ações das operações total- R\$	0,47	0,29	-	-

26. Receita Líquida de Vendas - Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A Administração e aos acionistas da **Essentia PCHs S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Essentia PCHs S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Essentia PCHs S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 4 da seguinte intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase:** Capital Circulante Negativo: Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta a capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R\$65.180 no Consolidado. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.4, nº 17 e nº 18 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicadores de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado e ativo intangível decorrente das controladas, Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goias Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH: S.A. e Bahia PCH S.A. ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (OVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Auditoria do exercício anterior: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras

(a) Venda de energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda (i)	Consolidado	
	2023	2022
Custo de liquidação CCEE	36.831	35.422
	5.011	7.565
	41.842	42.987

(i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (Generation Scaling Factor) e redução de garantia física das Companhias Santa Cruz, Galheiros, Afluente G, Goias Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I.

(b) Custo de operação

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	6.482	7.430
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	16.399	14.252
Depreciações e amortizações - direito de uso	357	135
Depreciações e amortizações	37.208	39.404
	60.446	61.221

28. Despesa Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de terceiros	2.914	3.046	-	-
Despesas tributárias	27	470	-	-
Outras despesas operacionais	99	220	-	-
Seguros	77	57	-	-
Depreciações e amortizações	637	808	-	-
Despesas compartilhadas	609	577	-	-
	4.363	5.178	-	-

Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aluéguis	3.915	5.418	-	-
Seguros	(22)	10	-	-
Despesas tributárias	3.856	5.891	-	-
Outras despesas operacionais	35	656	-	-
Depreciações e amortizações	361	124	-	-
Despesas compartilhadas	637	808	-	-
	4.008	6.572	-	-

(i) No segundo trimestre de 2023, foram efetuados estornos de atualizações dos passivos contingentes da Contour Global do Brasil Participações S.A. **29. Resultado Financeiro - Política contábil:** As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais, taxas, tarifas e multas.

Despesa financeira

Juros sobre debêntures	2023		2022	
	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em
Amortização de custos de emissão de debêntures	(83.652)	(85.011)	(94.238)	(97.341)
Atualização monetária sobre debêntures	(2.836)	(2.493)	(2.903)	(2.576)
Despesas com captação de empréstimos	-	-	(5.835)	(8.083)
Atualização financeira liminar GSF e peritidade de lastro de energia (i)	-	-	(290)	-
Atualização financeira direito de uso	-	-	-	(37)
Outras despesas financeiras	(612)	3	(1.153)	(1.463)
	(87.100)	(87.791)	(102.231)	(112.906)

Receitas financeiras

Receitas de aplicações financeiras	2023		2022	
	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em
Variação cambial	1.353	2.486	11.076	9.842
Atualização do ativo financeiro	-	22	-	22
Outras receitas	1.466	94	897	1.092
	2.819	2.602	13.476	11.641

Receita financeira com partes relacionadas

Resultado com partes relacionadas	2023		2022	
	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em
	11.484	13.258	-	-
	11.484	13.258	-	-

Total das despesas financeiras

	2023		2022	
	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em
	(87.100)	(87.791)	(102.231)	(112.906)

Receitas financeiras

	2023		2022	
	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em
	(72.797)	(71.931)	(88.755)	(101.265)

Resultado financeiro

	2023		2022	
	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em	Períodos findos em
	14.303	15.860	13.476	11.641

Leonardo Augusto Serpa Presidente

Eduardo Bechara de Rosa Diretor

Juliana Araujo Contadora CRC RJ-110.504/0-5

31. Compromissos

Contrato de compra de energia (i)	Consolidado		
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
	31.488	81.423	-
	31.488	81.423	-

(i) Contrato de compra de energia: Aquisição de energia elétrica para cobertura de déficit causado pela redução da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF). **32. Cobertura de Seguros** - Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes no montante de R\$ 1.405.567, (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A.). O seguro de responsabilidade civil no montante de R\$ 60.000 também é compartilhado com todas as empresas controladas pela Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. **33. Eventos Subsequentes** - Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requeriam divulgação.

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024. **Deloitte Touche Tomatsu** Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011.609/0-8 **Giselle C. Teixeira Defavari** Contadora - CRC nº 1 SP 264.857/0-6 **Deloitte.**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



IBH Renováveis I S.A.

CNPJ/MF nº 44.749.645/0001-05

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Table with 3 main columns: Balanços Patrimoniais de 31/12/2023 e de 2022, Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, and Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022. Each column contains detailed financial data in millions of reais, with sub-headers for 'Controladora' and 'Consolidado'.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional - A IBH Renováveis I S.A. ("Companhia" ou "IBR I"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05/01/2022, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação no capital de empresas com foco em...

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. Continuidade das operações: A Companhia incorreu no prejuízo de R\$123.892 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$35.988 em 31 de dezembro de 2022) e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total de ativo circulante em R\$372.421 no Consolidado (R\$372.817 em 31 de dezembro de 2022) decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração eólica de suas controladas indiretas. A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresenta passivo circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo, com início em janeiro de 2023. As controladas indiretas da Companhia possuem previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém, devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, algumas dessas controladas tiveram sua data de entrada em operação adiada para o segundo semestre de 2023 e outras foram adiadas para o primeiro semestre de 2024. Adicionalmente, durante a execução da obra foi identificada a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. A Companhia preza pela qualidade e segurança de suas plantas e por isso decidiu adiar a entrada em operação e realizar os reforços necessários. Segue abaixo resumo de aerogeradores em operação em 31 de dezembro de 2023:

Table with 3 columns: SPE, Total, and Nº de Aerogeradores Em Operação Comercial. It lists 14 different SPEs (São Vitor 01 to 14) and their respective total counts and the number of aerogenerators in commercial operation.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Adicionalmente, a Administração entende que os investimentos necessários ao projeto são suportados pela liberação dos recursos dos financiamentos contratados pelas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), por meio de linha de crédito de R\$655.000, e Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), por meio de linha de crédito de R\$548.073. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente a suas obrigações. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - a) Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas...

ativos de energia renovável. A Companhia é controlada da Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 19/09/2022 a Companhia passou a ser controladora da empresa Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("IBH IV"), através de aumento de capital realizado pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (FIP IV) de 100% das ações da empresa (vide nota explicativa nº 14). A IBH IV, constituída em 25/09/2019 tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. As SPEs abaixo são controladas indiretas da Companhia e estão localizadas em Xique Xique, Itaguacu da Bahia e Gentil do Ouro, estado da Bahia, com o propósito específico de geração de energia eólica. O Parque Eólico de São Vitor possui capacidade instalada de cerca de 465 MW. Em 31 de dezembro de 2023, somente as SPEs Ventos de São Vitor 1 Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitor 13 Renováveis S.A. estão 100% operacionais. As SPEs possuem outorga de 35 anos a contar das datas de publicações das Resoluções Autorizativas abaixo.

Table with 4 columns: Prazo de outorga, Resolução Autorizativa, Participação em 31/12/2023, and Participação em 31/12/2022. It lists 14 different SPEs and their respective outorga periods, resolution numbers, and participation percentages.

as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29/02/2024. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurado pelo valor justo. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. d) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. e) Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBR I e suas controladas, nas quais a IBR I detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas diretas e indiretas se apresentam da seguinte forma:

Table with 4 columns: Controlada direta, Participação em 31/12/2023, Participação em 31/12/2022, and Controladas indiretas. It lists various entities like Infraestrutura Brasil Holding IV S.A., Infraestrutura Brasil Holding V S.A., and various São Vitor Energias Renováveis S.A. entities, along with their participation percentages.

Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06") 100% 100%
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07") 100% 100%
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08") 100% 100%
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09") 100% 100%
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10") 100% 100%
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11") 100% 100%
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12") 100% 100%
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13") 100% 100%
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14") 100% 100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas, (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial, (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. 3. Principais práticas contábeis - As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. 3.2. Títulos e valores mobiliários: As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. 3.3. Ativo imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos. 3.4. Ativo intangível: Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, as taxas anuais, e adicionalmente, ajuste por expectativa de rentabilidade futura. A Companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas. 3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos. 3.6. Investimento: Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas, são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia. 3.7. Provisões para riscos: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 3.8. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são...

demonstrados como não circulantes. 3.9. Arrendamentos: Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por: • Arrendamentos de ativos de baixo valor. • Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de emprestimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem. As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento terras nos parques eólicos, no município de Xique-Xique, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos e apresenta vigência em torno de 49 anos. As controladas indiretas não registraram estes contratos a luz do CPC06 (R2) visto que a base de remuneração é variável. 3.10. Impostos: Imposto de Renda e Contribuição Social correntes: Na controladora e na controlada direta o método de apuração é o lucro real e o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro líquido para Contribuição Social. Nas controladas indiretas a tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime de lucro presumido considerando para o imposto de renda, a base de cálculo de 8% da receita, alíquota de imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e para a Contribuição Social a base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%. 3.11. Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos das controladas indiretas, atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais devem, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. 3.12. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: • Classificação do ativo financeiro: Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). • Custo amortizado: Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Reconhecimento: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. • Mensuração: As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade. • Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou...

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Table with columns: Empresa, Modalidade, Data, Valor. Includes entries for BNDES D1, D2, E1, E2, F1, F2, G1, G2.

Table with columns: Empresa, Modalidade, Data, Valor. Includes entries for BNB, BNDE, BNDE, BNDE, BNDE.

Table with columns: Companhia, Descrição, Valor, Data de Emissão, Taxa Contratual, Amortização de Juros, Amortização de Principal, Vencimento, Garantias.

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Table with columns: Descrição, Valor, Data de Emissão, Taxa Contratual, Amortização de Juros, Amortização de Principal, Vencimento, Garantias.

Table with columns: Descrição, Valor, Data de Emissão, Taxa Contratual, Amortização de Juros, Amortização de Principal, Vencimento, Garantias.

IBH Renováveis I.S.A.

liquidez: A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, Mensuração a valor justo. Includes entries for 2023, 2022, 2023, 2022.

Table with columns: Instrumento, Índice, Saldo em exposição, Cenário I, Cenário II, Cenário III. Includes entries for CDI, IPCA, Caixa e equivalentes de caixa.

22. Gestão do capital - A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. A Administração e aos Acionistas da IBH Renováveis I.S.A.

Controladora Consolidado Mensuração a valor

Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Table with columns: Venci-mento, Mo-eda, "Notio-nal", Posição passiva, Posição ativa, Valor BRL, Valor BRL, Valor BRL.

Table with columns: Instrumento, Índice, Saldo em exposição, Cenário I, Cenário II, Cenário III.

26. Eventos Subsequentes - Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requerem divulgação.

internos, confusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

CNPJ/MF nº 44.507.288/0001-60

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e os demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

São Paulo, 18 de março de 2024. A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Ativo Circulante, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Caixa e equivalentes, Contas a receber, Estoque, etc.

Table with columns: Não circulante, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Depósitos vinculados, Tributos a recuperar, etc.

Table with columns: Total do ativo não circulante, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Total do ativo não circulante, Total do ativo não circulante, etc.

Table with columns: Passivo Circulante, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Fornecedores, Debêntures, etc.

Table with columns: Total do passivo não circulante, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Total do passivo não circulante, Total do passivo não circulante, etc.

Table with columns: Patrimônio Líquido, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Capital social, Capital social a integralizar, etc.

Table with columns: Total atribuído aos acionistas da controladora, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Participação não controladores, Total patrimônio líquido, etc.

Table with columns: Total passivo e Patrimônio líquido, Controladora, Consolidado, Nota, 2023, 2022. Rows include Total passivo e Patrimônio líquido, Total passivo e Patrimônio líquido, etc.

Table with columns: Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Valor contábil, Ajuste do valor na data de aquisição, Valor justo do valor na data de aquisição. Rows include Ativo circulante, Realizável a longo prazo, etc.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Receita líquida de vendas, Custo do serviço de energia elétrica, Lucro bruto, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Resultado com participações societárias, Lucro operacional, Receitas financeiras, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Imposto de renda e contribuição social, Prejuízo do exercício, Lucro (prejuízo) atribuível a

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Proprietários da companhia, Participação de não controladores, Total do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Em 01 de janeiro de 2022, Lucro (prejuízo do exercício), Aumento de capital, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Em 31 de dezembro de 2022, Lucro (prejuízo do exercício), Cisão parcial, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Em 31 de dezembro de 2023, Lucro (prejuízo do exercício), Cisão parcial, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, etc.

Fluxos de caixa das atividades operacionais, Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social, Ajustes de receitas e despesas, Depreciação e amortização, etc.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024. ICP Brasil logo and QR code for legal publications.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. Controladora Consolidado

a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa é composto por depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata...

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Depósito em garantia de contrato, Total, and various financial items.

Consolidado 2023 2022. A vencer 34.482 32.165. Vencidos de 1 a 30 dias 800 -.

10. Estoque - Política contábil: Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das unidades das usinas...

Table with columns: Circulante 2023, Circulante 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include IRRF, COFINS e PIS a recuperar, INSS a compensar, etc.

11. Tributos a Recuperar - Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação...

Table with columns: Circulante 2023, Circulante 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Repactuação do risco hidrológico, Seguros, Licença ambiental, etc.

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Circulante, Não circulante, Demonstração de resultado resumida.

16.1. Transações com não controladores: Em 30 de junho de 2022 a Companhia adquiriu 84% da Essentia PCHs S.A., e a Infraestrutura Brasil XIX S.A. adquiriu os 16% restantes...

17. Imobilizado - Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens...

18. Intangível - Política contábil: (a) Direito de autorização: Direito de autorização registrados nas controladas indiretas oriundos da repactuação da extensão do prazo de outorga...

Table with columns: Essentia PCHs S.A. investimento 2023, Essentia PCHs S.A. investimento 2022, Total do investimento 2023, Total do investimento 2022. Rows include Participação acionária, Demonstração de resultado resumida.

Table with columns: Galheiros, Santa Cruz, Afluente G, Goiás Sul, Rio PCH I, Bahia PCH I. Rows include Participação acionária, Demonstração de resultado resumida.

seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil...

Table with columns: Imobilizado em andamento, Terrenos, Reservatórios, Máquinas, Provisão de desmobilização, Edificações, Ativos de co geração, Total. Rows include Em 01 de janeiro de 2022, Em 31 de dezembro de 2022.

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a). (ii) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado...

Table with columns: Direito de concessão, Serviço, Software, Total. Rows include Em 01 de janeiro de 2022, Em 31 de dezembro de 2022.

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows include Circulante, Não circulante, Total debêntures.

Table with columns: Companhia, Descrição, Valor Ingresso, Data de Emissão, Taxa Contratual, Amortização de Juros, Amortização de Principal, Vencimento, Garantias, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., Essentia PCHs3, Santa Cruz.

continua ...

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. - Movimentação de Debêntures. Tables showing financial data for 2023 and 2022, including consolidated results, company details, and various financial metrics.

... continuação

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.

também é compartilhado com todas as empresas controladas pela Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

33. Eventos Subsequentes – Em 29/02/2024, a Companhia publicou edital de convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da

1ª emissão de debêntures da IBH XVII, com o intuito de aprovação dos seguintes pleitos: (i) permissão para emissão de debêntures privadas, não conversíveis e subordinadas, (ii) o capital social da Emissora seja reduzido parcialmente e (iii) redução proporcional do valor das garantias.

Leonardo Augusto Serpa – Presidente
Juliana Araujo – Contadora CRC RJ 110504/O-5

Eduardo Bechara de Rosa – Diretor

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

À Administração e aos acionistas da **Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.**

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui um montante de R\$854.033 mil de intangível decorrente da aquisição da controlada Essentia PCHs S.A. ocorrida em 30 de junho de 2022. A Companhia registrou em 2023 o montante total de R\$52.031 mil referente a amortização do intangível, o qual inclui a parcela de R\$19.016 mil correspondente a amortização que deveria ter sido reconhecida em 2022. Consequentemente, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na Controladora e no Consolidado está registrado a maior no montante de R\$19.016 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Enfase:** Capital circulante negativo: Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R\$46.071 no Consolidado. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 1, 2, nº 17 e nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado, ativo intangível e ativo decorrente da aquisição da controlada Essentia PCHs e suas controladas. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acurácia matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos. No decorrer de nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria do exercício anterior: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 6 de abril de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8
Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora – CRC nº 1 SP 264.857/O-6

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.

CNPJ/MF nº 44.493.509/0001-99

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Table with multiple columns: Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

1. Contexto Operacional - A Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A., ("Companhia" ou "Controladora") com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, foi constituída em 06/12/2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia possui como controladora a Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). A Companhia possui 100% de participação na empresa Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., empresa que em 30/06/2022, juntamente com outra investida do Pátria (Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.) concluiu a operação de compra da totalidade das ações da Companhia Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada como Contor Global do Brasil Participações S.A.). Os detalhes desta aquisição estão descritos na Nota 1(a), a seguir e Nota 16. (a) Aquisição da companhia Essentia PCHs S.A. e suas controladoras: Em 30/06/2022, a investida da Companhia, a Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. concluiu a operação de compra de 84% das ações da Essentia PCHs S.A. e suas controladoras, assumindo assim o controle. A aquisição vai de encontro ao objetivo da Companhia de deter participações em projetos de energia renovável gerando negócios de qualidade e sendo reconhecida no mercado pela excelência e conhecimento. A Essentia PCHs S.A. controla as seguintes empresas, que detêm ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia - PIE, a exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

Table with columns: Empresa, Tipo de geração, Preço de aquisição, Valor contábil, Ajuste do valor justo, Valor justo na data da aquisição.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024
ICP Brasil
Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação

Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.

a receber e de R\$ 35.606 (R\$ 32.541 em 31/12/2022) no consolidado. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

Table with columns: Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows: A vencer, Vencidos de 1 a 30 dias, Vencidos de 31 a 90 dias, Vencidos de 91 a 180 dias, Vencidos de 181 a 360 dias, Vencidos há mais de 360 dias.

10. Estoque - Política contábil: Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas. Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção das usinas ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado. Em 31/12/2023 e de 2022, o saldo de estoques é de R\$ 637. 11. Tributos a Recuperar - Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte ("IRRF"), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") e imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CSLL").

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows: Circulante (IRRF, COFINS e PIS a recuperar, IRPJ e CSLL, INSS a compensar, Outros (i)), Não Circulante (IRRF, IRPJ e CSLL).

(i) O saldo refere-se substancialmente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL retidos na fonte.

12. Despesas Antecipadas - Política contábil: As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear, das licenças ambientais e de software, assim como, da repactuação do risco hidrológico para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropriação a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows: Circulante (Repactuação do risco hidrológico (i), Seguros, Licença ambiental), Não Circulante (Repactuação do risco hidrológico (i)).

(i) Valor da repactuação do risco hidrológico relativo a prêmio de seguro pago em 2015 e apropriado como despesa ao resultado conforme prazo de outorga das usinas beneficiadas. 13. Outras Contas a Receber - Política contábil: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrer de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows: Circulante (Adiantamento a funcionários, Adiantamento a fornecedores, Depósito em garantia de contrato de compra de energia, Outros), Não Circulante (Neoenergia S.A. (i), Depósito em garantia de contrato de compra de energia, Outros), Total.

(i) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual refere que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos a gestão da Neoenergia S.A. 14. Depósitos Vinculados a Debêntures - Não há saldo referente a 31/12/2023, os quais foram utilizados durante o exercício para amortização parcial das debêntures (R\$ 9.990 em 31/12/2022). A Companhia deverá recompor o saldo da Conta de depósitos vinculados a debêntures até 31/12/2024, no montante mínimo de R\$ 4.500. 15. Ativos Financeiros - O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica, celebrado entre a controladora indireta Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. possui somente um contrato de venda de energia que tem como contraparte a Coelba - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e esse contrato possui a remuneração baseada em tarifa definida pela Aneel através da Resolução Normativa nº 167 de 10/10/2005, com reajustes efetuados anualmente. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração da Afluente G, entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICP 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual), classificada como um ativo intangível (vide nota explicativa nº 18) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores. O saldo referente a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA e considerada como ativo financeiro, é de R\$ 20.044 (R\$19.147 em 31/12/2022). 16. Investimentos - Política contábil: Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Table with columns: IBH XVII 2023, IBH XVII 2022. Rows: Participação acionária, Aumento de capital, Equivalência patrimonial, Participação acionária, Aumento de capital, Equivalência patrimonial, Cisão parcial (i).

(i) Cisão parcial realizada em 15/05/2023, conforme NE 1.1. Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada direta e das controladas indiretas:

Table with columns: Controlada direta: IBH XVII, Balanço Patrimonial resumido, Demonstração de resultado resumida, Controladas indiretas: Em 31/12/2023, Balanço Patrimonial resumido, Demonstração de resultado resumida.

Table with columns: Essentia PCHs, Galinhos, Santa Cruz, Afluente G, Goiás Sul, Rio PCH I, Bahia PCH I. Rows: Balanço Patrimonial resumido, Demonstração de resultado resumida.

16.1. Transações com não controladores: A investida indireta da Companhia, Essentia PCHs, possui minoritários na proporção de 16% até abril de 2023 e 31,8% de maio de 2023 até dezembro de 2023, o resultado atribuído a eles foi de R\$ 23.167 (R\$ 4.068 em 31/12/2022). A investida indireta da Companhia, a Rio PCHs S.A. possui minoritários na proporção de 30% e o resultado atribuído em dezembro de 2023 é de R\$ 8.664 (R\$ 2.635 em 31/12/2022). 17. Imobilizado - Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação

Table with columns: Imobilizado em andamento, Terrenos, Reservatórios, barragens e adutoras, Máquinas, equipamentos e outros, Provisão de desmobilização, Edificações, obras civis e benfeitorias, Ativos de geração, Total. Rows: Em 01/01/2022, Em 31/12/2022, Em 01/01/2023, Em 31/12/2023.

18. Intangível - Política contábil: (a) Direito de autorização: Direito de autorização registrados nas controladas indiretas oriundos da repactuação da extensão do prazo de outorga ocorrido em 2021 e ativos identificados quando da aquisição das controladas indiretas pela Essentia PCHs (Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I). Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas. (b) Direito de uso de concessão: Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica, mediante a exploração da PCH Afluente G, pelos prazos estabelecidos na outorga. O Grupo reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Afluente G poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. (c) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos de aquisição e de implementação incorridos para que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Table with columns: Direito da outorga, Direito de concessão (i), Servidões, Software, Total. Rows: Em 01/01/2022, Em 31/12/2022, Em 01/01/2023, Em 31/12/2023.

Table with columns: Companhia, Descrição, Valor Ingresso, Data de Emissão, Taxa Contratual, Amortização de Juros, Amortização de Principal, Vencimento, Garantias, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows: Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A., Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., Essentia PCHs, Santa Cruz.

Table with columns: Natureza, Passivo circulante, Controladora, Passivo não circulante, Total Geral. Rows: Movimentação de Debêntures, Movimentação Saldo em 01/01/2022, Saldo em 31/12/2022, Saldo em 31/12/2023.

acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

(i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como (Ativo Financeiro, vide nota explicativa nº 15). (ii) Valor justo dos ativos intangíveis de contrato de autorização oriundos da combinação de negócio ocorrida em 30/06/2022, descrita na nota explicativa nº 1(a). (iii) Em 30/06/2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa nº 1 (a). (iv) Referem-se em quase toda sua totalidade a obras e edificações em andamento na controlada indireta Afluente G. (v) Parcela cindida do valor de ágio alocado no consolidado como direito de autorização. (vi) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado. 19. Fornecedores - Política contábil: O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows: Materiais e serviços, Compra de energia, Custo de transmissão, Taxa de fiscalização Aneel.

20 Debêntures - Política contábil: As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Table with columns: Controladora 2023, Controladora 2022, Consolidado 2023, Consolidado 2022. Rows: Circulante (Debêntures, Custo de colocação debêntures), Não Circulante (Debêntures, Custo de colocação debêntures), Total debêntures.

(i) Cisão parcial realizada em 15/05/2023, conforme NE 1.1. continua ...



... continuação		Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.									
Movimentação	Natureza (-) Custo de Colocação	Passivo circulante			Passivo não circulante			Consolidado Total Geral			
		Debitivos	Creditivos	Total	Debitivos	Creditivos	Total	2023	2022		
Saldo em 01/01/2022											
Ingresso	380.000 (4.539)		375.461	440.000 (6.049)		433.951	809.412				
Ingresso por aquisição investida (i)	78.835		78.835	687.127 (22.380)		664.747	743.582				
Provisão de juros	116.603		116.603	-		-	116.603				
Amortização de custos de emissão de dívida	-	2.831	-	-	1.196	-	-				
Atualização monetária	1.316	-	1.316	(624)	-	(624)	692				
Liquidação do principal	(33.269)	-	(33.269)	-	-	-	(33.269)				
Liquidação dos encargos	(54.070)	-	(54.070)	-	-	-	(54.070)				
Transferência	34.676	(1.533)	33.143	(34.676)	1.533	(33.143)	-				
Saldo em 31/12/2022	524.091 (3.241)		520.850	1.091.827 (25.700)		1.066.127	1.586.977				
Ingresso	569.000 (3.785)		565.215	-	-	-	565.215				
Provisão de juros	216.601		216.601	-	-	-	216.601				
Amortização de custos de emissão de dívida	-	8.437	-	-	-	-	-				
Atualização monetária	5.835	-	5.835	-	-	-	5.835				
Liquidação do principal	(567.366)	-	(567.366)	-	-	-	(567.366)				
Liquidação dos encargos	(188.234)	-	(188.234)	-	-	-	(188.234)				
Transferência/reclassificação	161.679 (8.627)		153.052	(161.679) 8.396		(153.283)	(231)				
Cisão (ii)	(179.247)		(179.247)	-	-	-	(179.247)				
Saldo em 31/12/2023	542.359 (7.216)		535.143	930.148 (17.304)		912.844	1.447.987				
(i) Em 30/06/2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a). (ii) Cisão parcial realizada em 15/05/2023, conforme NE 1.1.											
Debitivos emitidos por: • A controlada indireta Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15/06/2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15/06/2022, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23/09/2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15/06/2022, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15/09/2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15/12/2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15/03/2027. Em 24/11/2023 houve o resgate parcial de 3 debêntures da 3ª série, no montante total de R\$10.205. • Em 15/10/2021, a controlada indireta Essentia PCHs realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15/10/2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15/04/2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a. • A Companhia realizou em 21/06/2022 sua 1ª emissão de debêntures, da espécie quirográfrica, com garantia fiduciária adicional, em duas séries, com vencimento final em 10/03/2023 e montante total de R\$ 380.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Ambas as séries são remuneradas pela taxa DI + juros de 1,40% a.a. O seu vencimento foi prorrogado para 24/04/2023 e posteriormente para 26/06/2023. Em 12/05/2023 foi realizada a amortização extraordinária da 1ª série, no valor total de R\$81.377. Seu saldo devedor restante foi quitado no vencimento. • A controlada direta Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (IBH XVII) realizou em 28/06/2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento final em 28/06/2025 e montante total de R\$ 440.000. Os juros são devidos todo dia 28 do mês de junho de cada ano, e a amortização de principal se dá somente no vencimento. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Em 16/05/2023 foi realizada a amortização extraordinária das debêntures, no valor total de R\$96.220. • A Companhia realizou em 09/05/2023 a sua 2ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 01/07/2023, montante total de R\$ 82.700 e remuneração pela taxa DI + juros de 1,40% a.a. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/05/2023, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XVII. • A controlada direta IBH XVII realizou em 12/05/2023 a sua 2ª emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, com vencimento final em 01/07/2025, montante total de R\$ 96.301 e remuneração pela taxa DI + juros de 3,05% a.a. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/05/2023, as debêntures fizeram parte da parcela Cindida pela Companhia a ser incorporada pela IBH XVII. • A Companhia realizou em 22/06/2023 a sua 1ª emissão de notas comerciais, com vencimento final em 22/03/2024 e montante total de R\$ 200.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento, e a operação é remunerada pela taxa DI + juros de 1,70% a.a. • A Companhia realizou em 22/06/2023 a sua 3ª emissão de debêntures, com vencimento final em 26/06/2024 e montante total de R\$ 190.000. Tanto a amortização quanto os juros são devidos no vencimento, e a operação é remunerada pela taxa DI + juros de 2,60% a.a. Condições restritivas financeiras ("covenants"): As debêntures emitidas pelas controladas contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis intermediárias semestrais individuais e consolidadas. A controlada indireta Essentia PCHs está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição semestral. As debêntures emitidas pela controlada indireta Santa Cruz estão obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/EBITDA + Múltiplos + AFACs + integralizações) de no máximo 3,50 a partir do ano referência de 2023. A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. A Administração possui controles de acompanhamento e apuração semestral e anual dos covenants financeiros, dessa forma, para o exercício findo em 31/12/2023, não foram identificados descumprimentos de covenants.											
Composição por ano de vencimento											
		Controladora	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
2023		-	405.040	-	524.092						
2024		419.712	-	542.359	76.540						
2025		-	-	450.767	535.686						
2026		-	-	110.516	111.707						
2027		-	-	107.469	106.705						
2028		-	-	121.313	121.313						
2029		-	-	140.083	139.874						
		419.712	405.040	1.472.507	1.615.917						
21 Tributos e obrigações trabalhistas a pagar - Política contábil: Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte a recolher, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e ISS (Imposto sobre serviços) e PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.											
		Controladora	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		-	-	3.962	2.856						
ICMS a pagar		-	-	28	27						
ISS a pagar		-	-	55	60						
PIS e COFINS a pagar		2	6	2.455	1.207						
Salários, provisões e encargos sociais		-	-	2.044	1.559						
Outros		-	-	267	169						
		2	6	8.811	5.878						
22. Partes relacionadas - Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realizou transações com partes relacionadas conforme:											
		Controladora	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Empresas	Natureza	Ativo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante						
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	Contas a receber	-	-	-	32						
Total					32						
		Consolidado	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Empresas	Natureza	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante						
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Reembolso	-	-	-	729						
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	Reembolso	-	-	-	1.285						
					2.014						
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	Contas a receber	-	-	-	32						
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos a pagar	-	-	-	32						
PCH Administração e Participações	Dividendos a pagar	-	-	-	7.393						
					13.516						
Total					20.909						
		Consolidado	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Movimentação	Custo compartilhado	Dividendos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Total						
Saldo em 01/01/2022											
Ingresso	2.014	-	-	3.920	5.934						
Ingresso por aquisição investida	-	-	-	11.489	11.489						
Liquidação	(1.094)	-	-	(1.094)	(1.094)						
Saldo em 31/12/2022	2.014			14.315	16.329						
Ingresso	-	-	-	22.012	22.012						
Liquidação	(2.014)	-	-	(15.418)	(17.432)						
Saldo em 31/12/2023	-			20.909	20.909						
(i) Em 30/06/2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a).											
		Natureza	Resultado	Resultado							
Empresas											
Essentia PCHs	Despesa de custo compartilhado	-	(3.836)	-	-						
Infraestrutura Brasil Holding I	Reembolso	-	(86)	-	(729)						
Infraestrutura Brasil Holding IV	Reembolso	-	(86)	-	(1.285)						
			(4.008)		(2.014)						
Contour Global Solar Holdings	Variação cambial	-	-	-	12						
Total das despesas			(4.008)		(2.002)						
Reembolsos relativos a gastos e a pagamentos realizados pelas empresas Infraestrutura Brasil											
23. Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia											
		Consolidado	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Circulante											
Provisão liminar garantia física e penalidade de lastro de energia		38.635	41.890	38.635	41.890						
Em 13/02/2015, uma liminar concedida pela 22ª Vara Federal, suspendeu os efeitos das Portarias nº 31 e nº 183, do Ministério de Minas e Energia (MME), que reduziram a garantia física da pequena central hidrelétrica São Domingos II. Na decisão, foi determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) considerasse o limite original de contratação da PCH, nos processos de contabilização e de liquidação financeira realizados após 15/12/2014, data de ajuizamento da ação judicial pela proprietária da usina, a Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas. O saldo em aberto desde então é provisionado e atualizado monetariamente mensalmente. Caso a liminar seja revogada, o total do valor provisionado será executado. 24. Provisão para riscos - Política contábil: O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. Trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária e regulatória movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros. Tributárias: Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPFM, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIN, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros. a) Os saldos da provisão para riscos prováveis de perda são demonstrados como segue:											
		Consolidado	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Trabalhistas		6.118	6.214	6.118	6.214						
Cíveis		3.747	3.566	3.747	3.566						
Tributárias		871	-	871	-						
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista		(99)	(99)	(99)	(99)						
(-) Depósitos judiciais - Cível		(1.042)	(1.042)	(1.042)	(1.042)						
		9.595	8.639	9.595	8.639						
b) Movimentação da provisão para riscos prováveis:											
		Consolidado	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Movimentação											
Saldo em 31/12/2021											
Constituição		-	250	-	250						
Adição por aquisição de investida (i)		6.701	3.292	848	(99)	(1.034)	9.708				
(-) Reversões		(798)	(20)	(854)	-	-	(1.672)				
Atualização monetária		311	44	6	-	-	(8)	353			
Saldo em 31/12/2022		6.214	3.566	(99)	(1.042)	8.639					
Constituição		129	25	871	-	-	-	1.025			
(-) Pagamentos		(250)	-	-	-	-	-	(250)			
(i) Reversões		(1.087)	-	-	-	-	-	(1.087)			
Atualização monetária		862	406	-	-	-	-	1.268			
Saldo em 31/12/2023		6.118	3.747	871	(99)	(1.042)	9.595				
(i) Em 30/06/2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a).											
c) Os passivos contingentes possíveis são demonstrados como segue:											
		Consolidado	Consolidado								
		2023	2022	2023	2022						
Empresas											
Santa Cruz Power Corporation S.A.	Ambientais	-	-	-	14.482	14.482					
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	Trabalhistas	-	-	-	7.877	7.877					
Goias Sul Geração de Energia S.A.	Cíveis	3.651	-	2.471	-	6.122					
Rio PCH I S.A.	Tributárias	52.186	689	90	120	53.085					
Bahia PCH I S.A.	Trabalhistas	32.288	23	337	167	32.815					
Essentia PCHs S.A.	Cíveis	-	276	-	2.529	2.805					
Saldo em 31/12/2022		9									

... continuação

Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

À Administração e aos Acionistas da **Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.**

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui um montante de R\$854.033 mil de intangível decorrente da aquisição da controlada Essentia PCHs S.A. ocorrida em 30 de junho de 2022 através de sua controlada Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. A Companhia registrou em 2023 o montante total de R\$52.031 mil referente a amortização do intangível, o qual inclui a parcela de R\$19.016 mil correspondente a amortização que deveria ter sido reconhecida em 2022. Consequentemente, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na Controladora e no Consolidado está registrado a maior no montante de R\$19.016 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** Capital circulante negativo: Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2023 de R\$413.522 mil na Controladora e R\$459.546 mil no Consolidado. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.2, nº 17 e nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicadores de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado, ativo intangível e ágio decorrente da aquisição da controlada indireta Essentia PCHs e suas controladas. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria do exercício anterior: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 6 de abril de 2023 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8

Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264.857/O-6

Deloitte.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.

CNPJ/MF nº 34.984.919/0001-89

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 18 de março de 2024. A Administração

Balancos Patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante		51.449	69.744	250.553	219.571	Circulante		467.752	450.516	623.665	592.351
Caixa e equivalentes de caixa	5	43.696	23.253	221.835	201.106	Fornecedores	11	1.190	1.292	92.531	116.771
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	5.122	6.073	Emprestimos e financiamentos	13	207.391	447.627	264.866	470.835
Contas a receber	7	-	-	9.757	13	Debêntures	14	257.628	-	257.628	-
Impostos a recuperar	12	3.927	2.275	5.228	3.524	Tributos e contribuições sociais e recolher	10	101	61	4.274	1.235
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.330	Partes relacionadas	12	1.442	1.536	1.442	1.536
Adiantamentos	3.718	4.728	3.740	3.509	Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	510	Não Circulante		241.466	323.746	1.397.020	1.191.421
Despesas antecipadas	108	158	4.871	3.506	Emprestimos e financiamentos	13	241.466	102.582	1.397.020	970.257	
					Debêntures	14	-	-	-	268	
					Patrimônio Líquido		569.060	359.338	569.060	359.338	
Não Circulante		1.226.829	1.063.856	2.339.192	1.923.539	Capital social	15	1.557.001	1.557.001	1.557.001	1.557.001
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	20.125	15.877	Capital a integralizar	-	-	-	-	-
Parte relacionada	12	38.000	-	-	-	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Investimentos	8	1.186.854	1.062.004	-	-	Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-
Imobilizado	9	166	209	2.216.489	1.805.424	Prejuízos do exercício	-	-	-	-	-
Intangível	10	1.809	1.643	102.578	102.238	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Total do Ativo		1.278.278	1.133.600	2.589.745	2.143.110	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.278.278	1.133.600	2.589.745	2.143.110

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Integralizado	Capital social A integralizar	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.150.001	(1.145.049)	16.935	(86.075)	(64.188)
Integralização de Capital em 15 de julho de 2022	-	-	405.000	-	-	405.000
Integralização de Capital em 01 de agosto de 2022	-	-	35.000	-	-	35.000
Redução de capital em 27 de outubro de 2022	-	(705.049)	-	-	-	(705.049)
Aumento de capital em 27 de outubro de 2022	-	1.112.049	(407.000)	-	-	705.049
Integralização de Capital em 10 de novembro de 2022	-	-	143.000	-	-	143.000
Integralização de Capital em 24 de novembro de 2022	-	-	20.000	-	-	20.000
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(163.049)	(163.049)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(16.425)	-	(16.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15	1.557.001	(949.049)	510	(249.124)	359.338
Integralização de Capital em 26/05/2023	-	-	104.500	-	-	104.500
Integralização de Capital em 22/06/2023	-	-	185.000	-	-	185.000
Integralização de Capital em 27/06/2023	-	-	45.000	-	-	45.000
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(124.121)	(124.121)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(657)	-	(657)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15	1.557.001	(614.549)	(147)	(373.245)	569.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. ("Companhia" ou "IBH IV"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25/09/2019, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 – 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A IBH IV possui o controle da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. ("IBH V"), constituída em 25/09/2019 e da Infraestrutura Brasil Holding SV S.A. ("IBH SV"), constituída em 10/09/2021. Ambas as controladas diretas da IBH IV têm como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. As SPEs abaixo são controladas indiretas da Companhia e estão localizadas em Xique Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentil do Ouro, estado da Bahia, com o propósito específico de geração de energia eólica. O Parque Eólico de São Vitor possui capacidade instalada de cerca de 465 MW. Em 31/12/2023, somente as SPEs Ventos de São Vitor 1 Energias Renováveis S.A. e Ventos de São Vitor 13 Renováveis S.A. estão 100% operacionais. As SPEs possuem outorga de 35 anos a contar das datas de publicações das Resoluções Autorizativas abaixo.

SPE	Prazo de outorga n/a	Resolução Autorizativa n/a
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")		
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01")	35 anos	nº 9.383 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02")	35 anos	nº 9.384 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03")	35 anos	nº 9.385 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04")	35 anos	nº 9.386 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05")	35 anos	nº 9.387 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06")	35 anos	nº 9.388 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07")	35 anos	nº 9.389 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08")	35 anos	nº 9.390 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09")	35 anos	nº 9.391 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10")	35 anos	nº 9.392 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11")	35 anos	nº 9.393 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12")	35 anos	nº 9.394 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13")	35 anos	nº 9.395 de 3/11/2020
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14")	35 anos	nº 9.396 de 3/11/2020

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. Continuidade das operações: A Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 124.121 durante o exercício findo em 31/12/2023 (prejuízo de R\$ 163.049 em 31/12/2022) e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total de ativo circulante em R\$ 416.303 na Controladora e R\$ 373.112 no Consolidado (R\$ 380.772 na Controladora e R\$ 372.780 no Consolidado em 31/12/2022) decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração eólica de suas controladas indiretas. A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo, com início em janeiro de 2023. As controladas indiretas da Companhia possuem previsão inicial de entrada em operação no final de 2022, porém, devido a atrasos no fornecimento dos aerogeradores, algumas dessas controladas tiveram sua data de entrada em operação adiada para o segundo semestre de 2023 e outras foram adiadas para o primeiro semestre de 2024. Adicionalmente, durante a execução da obra foi identificada a necessidade de reforço nas fundações que suportam os aerogeradores. A Companhia preza pela qualidade e segurança de suas plantas e por isso decidiu adiar a entrada em operação e realizar os reforços necessários. Segue abaixo resumo de aerogeradores em operação em 31/12/2023:

SPE	Total	Nº de Aerogeradores Em Operação Comercial
São Vitor 01	5	5
São Vitor 02	5	5
São Vitor 03	5	5
São Vitor 04	5	5
São Vitor 05	5	5
São Vitor 06	5	5
São Vitor 07	5	5
São Vitor 08	7	3
São Vitor 09	7	7
São Vitor 10	5	5
São Vitor 11	5	5
São Vitor 12	5	5
São Vitor 13	5	5
São Vitor 14	5	5
Total	75	27

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Adicionalmente, a Administração entende que os investimentos necessários ao projeto são suportados pela liberação dos recursos dos financiamentos contratados pelas controladas indiretas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), por meio de linha de crédito de R\$655.000; e Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), por meio de linha de crédito de R\$548.073. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente às suas obrigações.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – a) Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas

pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29/02/2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurado pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. **e) Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH IV e suas controladas, nas quais a IBH IV detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas diretas e indiretas se apresentam da seguinte forma:

Controladas diretas	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding V S.A.	100%	100%
Infraestrutura Brasil Holding SV S.A.	100%	100%
Controladas indiretas	31/12/2023	31/12/2022
Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A. ("VSV")	100%	100%
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 01")	100%	100%
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 02")	100%	100%
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 03")	100%	100%
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 04")	100%	100%
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 05")	100%	100%
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 06")	100%	100%
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 07")	100%	100%
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 08")	100%	100%
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 09")	100%	100%
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 10")	100%	100%
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 11")	100%	100%
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 12")	100%	100%
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 13")	100%	100%
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A. ("São Vitor 14")	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. **3. Principais práticas contábeis –** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.2. Títulos e valores mobiliários:** As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **3.3. Ativo imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos. **3.4. Ativo intangível:** Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A Companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por serviços de passagem, as quais não são amortizadas. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar se eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31/12/2023 e de 2022, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos. **3.6. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia. **3.7. Provisões para riscos:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31/12/2023 e de 2022, não foram identificadas provisões para riscos a serem registradas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.8. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.9. Arrendamentos:** Os arrendamentos são contabilizados mediante o

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Consolidado
Receita líquida		16	-
Custos com energia elétrica	17	-	(155.598)
Custos de operação	-	-	(146.636)
Custo operacional		(15)	(151.617)
Resultado bruto		(15)	981
Despesas operacionais		18	(23.168)
Despesas gerais e administrativas	18	(23.168)	(23.096)
Resultado de equivalência patrimonial	8	6.530	(8.443)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro		(16.638)	(31.554)
Receitas financeiras	-	10.565	8.633
Despesas financeiras	-	(118.048)	(140.128)
Resultado Financeiro		19	(107.483)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(124.121)	(163.049)
Imposto de renda e contribuição social	20	(0,0797)	(0,1334)
Prejuízo do Exercício		(124.121)	(163.049)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações em R\$	15	(0,0797)	(0,1334)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	Consolidado
Prejuízo do Exercício		(124.121)	(163.049)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:			
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	-	(657)	(16.425)
Resultado Abrangente Total do Exercício		(124.778)	(179.474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

||
||
||

Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. - Normas contábeis, demonstrações financeiras, balanço patrimonial, demonstração de resultados, e movimentação do investimento e do imobilizado.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.

c) Composição dos empréstimos e financiamentos por empresa:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	CCB 2	200.000	22/02/2022	CDI + 1,70% a.a.	Bullet	Bullet	21/07/2023	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição;	-	213.173	-	213.173
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	1ª NC (1ª Emissão de Notas Comerciais)	210.000	16/02/2022	CDI + 2,95% a.a.	Bullet	Bullet	16/02/2025	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	242.687	237.309	242.687	237.309
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	2ª NC (2ª Emissão de Notas Comerciais)	175.000	11/11/2022	CDI + 2,70% a.a.	Bullet	Bullet	11/05/2024	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição;	207.391	101.087	207.391	101.087
Ventos de São Vitor 02								(i) Fiança bancária durante todo o prazo da operação				
Ventos de São Vitor 04								(ii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, equivalente a aproximadamente 3% do saldo desembolsado.			592.018	488.358
Ventos de São Vitor 05	BNB		27/10/2021	IPCA + 2,687% (bônus de adimplência)	Mensal	Mensal	15/11/2041					
Ventos de São Vitor 06								(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (ii) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (III) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iv) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mutuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 meses de despesas, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completção físico-financeiro. (c) Custo de Colocação de Dívidas				
Ventos de São Vitor 07	BNDES_01	455.000	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045				517.320	426.889
Ventos de São Vitor 08												
Ventos de São Vitor 09												
Ventos de São Vitor 10												
Ventos de São Vitor 11												
Ventos de São Vitor 12	BNDES_02	200.000	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037				131.002	-
Ventos de São Vitor 13												
Ventos de São Vitor 14												
Total									(1.221)	(1.360)	(28.531)	(25.722)
									448.857	550.209	1.661.886	1.441.094

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **d) Condições restritivas:** O financiamento com o BNDES referente às controladas São Vitor 01, São Vitor 03, São Vitor 07, São Vitor 11, São Vitor 12, São Vitor 13, São Vitor 14 possui cláusulas contratuais restritivas que prevêm o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD") a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados da IBH V, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da IBH V. O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 e ele deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31/12/2023 o índice de 1,30 não foi atingido, entretanto não há nenhum impacto para o vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

e) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	2ª Deb (2ª Emissão de Debêntures)	215.000	20/09/2022	CDI + 2,30% a.a.	Bullet	Bullet	22/09/2024	Alienação Fiduciária de Ações da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (c) Custo de Colocação de Dívidas	258.891	(1.263)	223.923	(2.759)
Total									258.891	(1.263)	223.923	(2.759)

As debentures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **c) Movimentação das debentures:**

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.									258.891	(1.263)	223.923	(2.759)
Total									258.891	(1.263)	223.923	(2.759)

17. Custo Operacional

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									2023	2022	2023	2022
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.												
Total												

15. Patrimônio líquido – a) Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2023 é de R\$ 1.557.001 (representado por 1.557.001.000 ações). Em 31/12/2022, o capital social é de R\$ 1.557.001 (representado por 1.557.001.000 ações). Valores integralizados durante o exercício de 2023 e de 2022 estão detalhados no quadro das Demonstrações das mutações do patrimônio líquido. A composição do capital social por acionista é como se segue:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Renováveis S.A.									100%	100%		
Total									100%	100%		

b) Resultado por ação: A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Renováveis S.A.									100%	100%		
Total									100%	100%		

16. Receita Operacional Líquida

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Renováveis S.A.									100%	100%		
Total									100%	100%		

19. Resultado financeiro

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									2023	2022	2023	2022
Infraestrutura Brasil Renováveis S.A.									100%	100%		
Total									100%	100%		

20. Imposto de renda e contribuição social – a) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									2023	2022	2023	2022
Infraestrutura Brasil Renováveis S.A.									100%	100%		
Total									100%	100%		

21. Instrumentos financeiros – A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48: **a) Gestão de risco:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são: (i) Risco de liquidez: A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo. (ii) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. (iii) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessário contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa. (iv) Risco de crédito: Refere-se ao risco do não cumprimento de obrigações contratuais da contraparte, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras devido a concentração de sua receita de venda de energia em um único cliente. A Companhia tem a possibilidade de venda no mercado de curto prazo o que mitiga parte do risco de crédito e suas políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. **b) Instrumentos financeiros por categoria – valor justo e contábil**

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado		Mensuração a valor justo
									2023	2022	2023	2022	
Infraestrutura Brasil Renováveis S.A.									100%	100%			
Total									100%	100%			

d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto as mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31/12/2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos.

Instrumento	Inde-xador	Saldo em exposição	Cenário I			Cenário II			Cenário III		
			Impacto			Impacto			Impacto		
			Saldo provável	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Saldo provável	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Saldo provável	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	43.653	4.358	3.268	5.447	2.179	6.537				
Títulos e valores mobiliários	CDI	-	-	-	-	-	-				
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(708.969)	(70.779)	(53.084)	(88.473)	(35.389)	(106.168)				
Total											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

CNPJ/MF nº 30.621.680/0001-21

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 18 de março de 2024. A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022		Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022				Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022				
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)		(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)				(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante		16.762	19.954	84.540	65.214					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.609	16.928	60.829	45.528					
Contas a receber	6	–	–	16.831	13.903					
Impostos a recuperar		413	264	569	476					
Despesas antecipadas		59	10	2.016	1.853					
Partes relacionadas	15	1.524	2.263	1.524	2.273					
Adiantamentos		157	489	2.771	1.181					
Não circulante		374.015	384.947	1.354.741	1.382.642					
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	44.981	44.314					
Investimentos	8	372.598	384.392	–	–					
Imobilizado	9	1.408	541	1.267.273	1.315.142					
Intangível	10	–	–	40.488	23.286					
Total do ativo		390.777	404.901	1.439.281	1.447.856					
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante		581.025	495.106	639.364	551.059					
Fornecedores	11	447	704	5.922	6.256					
Empréstimos e financiamentos	16	567.532	176.545	614.987	221.951					
Debêntures	17	–	306.003	–	306.003					
Obrigações trabalhistas		12.559	11.691	12.648	11.837					
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	13	8	2.917	2.325					
Passivos de arrendamentos	14	474	155	474	155					
Encargos com energia elétrica	13	–	–	2.416	2.532					
Não circulante		654	–	990.819	987.001					
Empréstimos e financiamentos	16	–	–	988.428	986.944					
Passivos de arrendamentos	18	654	–	–	–					
Provisão para riscos	18	–	–	1.737	57					
Patrimônio líquido	19	(190.902)	(90.205)	(190.902)	(90.204)					
Capital social		850.000	750.001	850.000	750.001					
Capital social a integralizar		(616.741)	(538.741)	(616.741)	(538.741)					
Prejuízos acumulados		(424.161)	(301.465)	(424.161)	(301.464)					
Total do passivo e do patrimônio líquido		390.777	404.901	1.439.281	1.447.856					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022

Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional – A Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia” ou “IBH I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05/06/2018, com sede fora da Rua Dr. Campos Bicudo, 98 – 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia tem como controladora direta o Patrimônio Investimentos IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 31/12/2020, a Companhia adquiriu o controle da empresa Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), esta que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (“SPE”): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”). As SPEs, que fazem parte do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia e possuem capacidade instalada total de 475,760 MWp, sendo 163,850 MWp da OB I, 171,773 MWp da OB II e 140,137 MWp da OB III. As SPEs possuem prazo de autorização de 35 anos e entrarão em operação conforme quadro a seguir:

SPE	Projeto	Entrada em operação comercial		Resolução Autorizativa	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
OB I	Terra Sol XI	21/08/2021	21/08/2021	nº 7.998 de 23/07/2019	–
OB I	UFV Terra do Sol VII	19/10/2021	19/10/2021	nº 8.003 de 23/07/2019	–
OB I	Sol do Sertão XXXVI	21/08/2021	21/08/2021	nº 8.002 de 23/07/2019	–
OB II	UFV Sol do Sertão XII	16/10/2021	16/10/2021	nº 7.999 de 23/07/2019	–
OB II	Sol do Sertão VIII	01/09/2021	01/09/2021	nº 7.996 de 23/07/2019	–
OB III	Sol do Sertão XXXV	21/08/2021	21/08/2021	nº 8.001 de 23/07/2019	–
OB III	Sol do Sertão XIII	21/08/2021	21/08/2021	nº 7.997 de 23/07/2019	–
OB III	UFV Sol do Sertão XIV	19/10/2021	19/10/2021	nº 8.000 de 23/07/2019	–

A Companhia faz parte da Essência Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. Continuidade das operações. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31/12/2023 de R\$564.263 na Controladora e R\$554.824 no Consolidado (R\$475.151 na Controladora e R\$485.845 no Consolidado em 31/12/2022), decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração solar de suas controladas indiretas. A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo que iniciaram seu suprimento de energia no segundo semestre de 2021. A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo, conforme nota explicativa 28, “Eventos Subsequentes” e; (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente às suas obrigações. **Mudança de estimativa contábil:** No exercício findo em 31/12/2023, as investidas indiretas da Companhia realizaram a revisão de vida útil de seus ativos e foi decidido por mudar a metodologia de cálculo da estimativa. Até então, as investidas utilizavam as taxas de vida útil conforme relatório da ANEL. Com o objetivo de se aproximar mais do efetivo período ao qual o ativo estaria de fato entregando benefícios econômicos para a Companhia, a Administração entendeu que a unidade geradora de caixa do ativo é a própria estrutura construída, que somente na sua totalidade de funcionamento gera o benefício econômico esperado pela Companhia. Dessa maneira, sem prejuízo do controle físico individual dos itens e equipamentos, a Companhia decidiu por controlar a depreciação do ativo em uma única taxa. O projeto possui prazo de autorização de 35 anos e durante este período estará apta a gerar e vender energia. Porém, a Administração decidiu utilizar 30 anos para a vida útil estimada de seus ativos, seguindo o período de garantia de performance dos equipamentos, conforme contrato de aquisição dos mesmos. Desta maneira, apesar de ainda existir o benefício econômico em 35 anos, dado a limitação legal e orientações do CPC 27 – Ativo Imobilizado, os ativos devem ser depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização. **Impacto no resultado:** Segundo o CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a alteração da taxa de depreciação tem um impacto prospectivo no resultado das SPEs, não afetando o resultado de exercícios anteriores da Companhia. Considerando os meses de janeiro a dezembro de 2023, o impacto foi uma redução na despesa de depreciação, no consolidado, de R\$ 7.658.

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa de depreciação	Taxa ANEEL 56.101	–
Despesa de depreciação	30 anos 48.443	–
Impacto total do Consolidado	7.658	–

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas – a) Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29/02/2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encargamentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisições societárias e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. **e) Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH I e suas controladas, nas quais a IBH I detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. A participação nas controladas se apresenta da seguinte forma:

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	650.001	(438.741)	(157.234)
Redução de capital em 15/09/2022	(438.741)	438.741	–
Aumento de capital em 15/09/2022	538.741	(538.741)	–
Prejuízo do exercício	–	–	(144.231)
Saldo em 31/12/2022	750.001	(538.741)	(301.465)
Redução de capital em 15/09/2023	19 (533.742)	533.742	–
Aumento de capital em 15/09/2023	19 633.741	(633.741)	–
Integralização de capital em 15 de setembro de 2023	19 –	–	21.999
Prejuízo do exercício	–	–	(122.696)
Saldo em 31/12/2023	850.000	(616.741)	(424.161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas operacionais	–	–	180.543	161.610
Deduções das receitas operacionais	–	–	(8.136)	(7.593)
Receita líquida	20	–	172.407	154.017
Custos com energia elétrica	21	–	(34.911)	(26.353)
Custos de operação	21	–	(64.768)	(69.457)
Custo dos serviços prestados	–	–	(99.679)	(95.810)
Resultado bruto	–	–	72.728	58.207
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	22	(18.356)	(18.086)	(21.462)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(31.073)	(63.032)	–
Resultado antes do resultado financeiro	(49.429)	(81.118)	51.266	38.695
Receitas financeiras		900	919	9.467
Despesas financeiras		(74.067)	(64.132)	(177.220)
Resultado financeiro	23	(73.267)	(63.113)	(167.753)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(122.696)	(144.231)	(116.487)	(137.319)
IRPJ e CSLL corrente	24	–	(6.209)	(6.912)
Prejuízo do exercício	(122.696)	(144.231)	(122.696)	(144.231)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações – em R\$		19.c)	(0,1574)	(0,2123)
			(0,1574)	(0,2123)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários	30	44	7.213	7.499
Aplicações financeiras (i)	14.579	16.884	53.616	38.029
Total	14.609	16.928	60.829	45.528

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários de vista e aplicações financeiras com liquidez imediata. (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 99% a 100,5% do CDI em 31/12/2023 (99% a 100,5% em 31/12/2022).

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (i)	-	-	16.831	13.605
CCEE (ii)	-	-	-	298
Total	-	-	16.831	13.903

(i) Contas a receber através principalmente de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a Cemig. O contrato prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG até dezembro de 2041. (ii) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado. As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	16.831	13.605
Vencidos até:		
01 – 30 dias	-	-
91 – 180 dias	-	239
Acima de 180 dias	-	59
Total	16.831	13.903

Em 31/12/2023 não há registro de provisão para perdas esperadas de créditos.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas reservas (i)	-	-	44.981	44.314
Total	-	-	44.981	44.314

Os montantes apresentados referem-se a aplicações financeiras dadas em garantia: (i) Contas reservas, conforme contrato de empréstimo com o BNDES com vencimento de acordo com o contrato de financiamento e saldo ajustado de acordo com a variação do valor da parcela mensal da dívida. Remuneração de 31/12/2023 foi de 97,09% do CDI (97,82% do CDI em 31/12/2022).

8. Investimentos – a) Informações das controladas em 31/12/2023 e de 2022:

Em 31/12/2023

	Sol do Sertão	OBI	OBII	OBIII
Balanco Patrimonial resumido				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.458	18.645	21.236	26.382
Ativo não circulante	328.161	451.425	480.888	378.997
Passivo circulante	34	23.013	19.982	16.253
Passivo não circulante	-	340.878	358.236	291.050
Patrimônio líquido	330.585	106.179	123.905	98.077
Demonstração de resultado resumida				
Receita líquida de vendas	-	58.213	61.617	52.577
Lucro líquido	(31.073)	(14.962)	(10.976)	(5.257)
Em 31/12/2022				
Balanco Patrimonial resumido				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.325	16.417	13.983	15.319
Ativo não circulante	359.358	468.064	498.342	392.947
Passivo circulante	25	22.973	19.773	15.968
Passivo não circulante	-	340.367	357.671	288.962
Patrimônio líquido	361.658	121.141	134.881	103.335
Demonstração de resultado resumida				
Receita líquida de vendas	-	51.998	54.730	47.289
Lucro líquido	(63.032)	(25.392)	(21.606)	(16.119)

b) Movimentação do investimento:

	Valor do investimento em 31/12/2022	Adição (i)	Equivalência patrimonial (ii)	Contrato de autorização em 31/12/2023	Valor do investimento em 31/12/2023
Controlada	384.392	20.000	(31.073)	(722)	372.598
Total	384.392	20.000	(31.073)	(722)	372.598

	Valor do investimento em 31/12/2022	Adição (i)	Equivalência patrimonial (ii)	Contrato de autorização em 31/12/2022	Valor do investimento em 31/12/2022
Controlada	448.326	(63.032)	(902)	(902)	384.392
Total	448.326	(63.032)	(902)	(902)	384.392

(i) Em 26/11/2019, foi realizado o "Contrato de Compra e Venda de Quotas" ("Contrato"), entre a Companhia (Compradora) e a Energia Capital – Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda. ("Energia Capital") (Vendedora), por meio do qual a Compradora adquiriu do Vendedor 100% (cem por cento) do capital social total da investida Sol do Sertão Holding S.A. O Contrato estabeleceu, em contrapartida à alienação das Quotas, o pagamento do Preço de Aquisição, que deveria ser apurado e pago em duas parcelas, além do pagamento do "Prêmio pela Energia Adicional", uma porcentagem da receita proveniente da energia gerada pelos Projetos, mediante atingimento de condições previamente estabelecidas entre as Partes no Contrato. A Primeira Parcela do Preço de Aquisição ("Primeira Parcela") foi integralmente quitada na data de fechamento. A segunda parcela do Preço de Aquisição e o pagamento do "Prêmio – Energia Adicional" foram objeto de divergência entre as Partes quanto aos critérios de cálculo, sobre o que deveria ou não integrar a base. Foi então instaurado procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") onde, após rodadas de negociações, as Partes resolveram por transacionar acerca das divergências de maneira amigável, a fim de pôr fim a todos os litígios existentes e futuros relativos ao Contrato. Sem reconhecimento de responsabilidade ou culpa de qualquer das Partes. Sendo assim, em 05/01/2023, as Partes, de comum acordo, celebraram o Instrumento de Acordo, onde foi definido o valor total bruto de R\$20.000 a ser pago pela Compradora para fins de quitação dos valores devidos a título de Segunda Parcela conforme Contrato. Sobre o valor relativo ao "Prêmio – Energia Adicional", o Vendedor renunciou ao direito de qualquer recebimento.

9. Imobilizado – a) Composição do ativo imobilizado

	Taxa média em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2022	Depreciação em 31/12/2022	Controladora Valor Líquido em 31/12/2023	Consolidado Valor Líquido em 31/12/2023
Imobilizado administrativo em serviço					
Máquinas equipamentos	20%	181	-	210	210
Edificações e benfeitorias	33%	-	-	68	68
Direito de uso – edificações (nota explicativa nº 14)	33%	1.114	-	135	135
Móveis e utensílios	10%	113	-	128	128
Total		1.408		541	541
Imobilizado operacional em serviço					
Planta Fotovoltaica (i)	30 anos	1.257.626	-	1.305.561	1.305.561
Sobressalentes	-	8.240	-	9.040	8.240
Total		1.265.866		1.314.601	1.314.601
Total		1.267.273		1.315.142	1.315.142

(i) Refere-se ao total dos custos de construção, incluindo máquinas e equipamentos, edificações, benfeitorias e móveis e utensílios.

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Controladora Valor Líquido em 31/12/2023	Consolidado Valor Líquido em 31/12/2023
Imobilizado administrativo em serviço					
Máquinas equipamentos	210	47	(76)	181	181
Edificações e benfeitorias	68	-	(68)	-	-
Direito de uso – edificações (nota explicativa nº 14)	135	1.432	(454)	1.114	1.114
Móveis e utensílios	128	-	(15)	113	113
Total	541	1.479	(613)	1.408	1.408

Imobilizado administrativo em serviço

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Controladora Valor Líquido em 31/12/2022	Consolidado Valor Líquido em 31/12/2022
Máquinas equipamentos	226	55	(71)	210	210
Edificações e benfeitorias	285	-	(217)	68	68
Direito de uso – edificações (nota explicativa nº 14)	464	56	(385)	135	135
Móveis e utensílios	110	31	(13)	128	128
Total	1.085	142	(686)	541	541

Imobilizado administrativo em serviço

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Controladora Valor Líquido em 31/12/2023	Consolidado Valor Líquido em 31/12/2023
Máquinas equipamentos	210	47	(76)	181	181
Edificações e benfeitorias	68	-	(68)	-	-
Direito de uso – edificações (nota explicativa nº 14)	135	1.432	(454)	1.113	1.113
Móveis e utensílios	128	-	(15)	113	113
Total	541	1.479	(613)	1.407	1.407

Imobilizado operacional em serviço

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Controladora Valor Líquido em 31/12/2022	Consolidado Valor Líquido em 31/12/2022
Planta Fotovoltaica (i)	1.305.561	-	(528)	1.257.626	1.257.626
Sobressalentes	9.040	(272)	(528)	8.240	8.240
Total	1.314.601	(272)	(48.463)	1.265.866	1.265.866
Total	1.315.142	1.479	(49.076)	1.267.273	1.267.273

(i) Refere-se ao total dos custos de construção, incluindo máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias.

10. Intangível – a) Composição do ativo intangível

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Controladora Valor Líquido em 31/12/2022	Consolidado Valor Líquido em 31/12/2022
Imobilizado administrativo em serviço					
Máquinas equipamentos	226	55	(71)	210	210
Edificações e benfeitorias	285	-	(217)	68	68
Direito de uso – edificações (nota explicativa nº 14)	464	56	(385)	135	135
Móveis e utensílios	110	31	(13)	128	128
Total	1.085	142	(686)	541	541
Imobilizado em serviço					
Máquinas equipamentos	1.356.943	10.392	(7.876)	1.305.561	1.305.561
Edificações e benfeitorias	6.577	2.929	(524)	9.040	9.040
Total	1.363.520	13.321	(7.818)	1.314.601	1.314.601
Imobilizado em construção					
Máquinas e equipamentos	1.011	4.179	(5.190)	-	-
Edificações	-	-	-	-	-
Sobressalentes	-	-	-	-	-
Serviços a ratear (i)	1.537	209	(1.746)	-	-
Adiantamentos a fornecedores (ii)	2.083	-	(2.083)	-	-
Total	4.631	4.388	(2.083)	(6.936)	(6.936)
Total	1.369.236	17.851	(2.607)	(14.754)	(54.584)

10. Intangível – a) Composição do ativo intangível

	Taxas de Amortização	Controladora Valor Líquido em 31/12/2023	Consolidado Valor Líquido em 31/12/2023
Intangível administrativo em serviço			
Software	20%	9	14
Total		9	14
Intangível operacional em serviço			
Software	20%	90	62
Serviços	-	376	376
Contrato de Autorização (*)	-	42.007	22.729
Agio	-	5	5
Total		42.478	23.172
Intangível administrativo em serviço			
Software	20%	9	14
Total		9	14

(*) Os contratos de autorização possuem vida útil definida de 35 anos, os intangíveis atrelados a eles são amortizados linearmente desde 2022. A adição de R\$20 milhões no exercício de 31/12/2023 é referente ao adicional do Preço de Aquisição da investida Sol do Sertão Holding S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 8.

b) Mapa de movimentação do ativo intangível

	Valor Líquido em 2021	Amortização	Valor Líquido em 2022	Amortização	Valor Líquido em 2023
Intangível administrativo em serviço					
Software	19	(5)	14	(5)	9
Total	19	(5)	14	(5)	9
Intangível operacional em serviço					
Software	79	-	62	45	(17)
Serviços	377	(1)	376	-	376
Contrato de Autorização	23.631	(902)	22.729	20.000	(722)
Agio	5	-	5	-	5
Total	24.092	(902)	(17)	23.172	(739)

(*) Maiores detalhes sobre a adição de R\$ 20.000 no Contrato de Autorização, vide nota explicativa nº 8.

11. Fornecedores

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Fornecedores	349	644
Provisões de fornecedores (i)	98	60
Total	477	704

(i) Em 2023, correspondem a valores referentes a (a) R\$ 2.000 de estoque de terceiros, R\$ 1.400 de provisão de honorários advocatícios, R\$ 1.000 de compra de energia e cerca de R\$ 500 de provisão para gastos de O&M (operação e manutenção).

12. Tributos e contribuições sociais a recolher

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
PIS e COFINS	-	6
IRPJ e CSLL	1	1.695
ISS retido	-	16
ICMS	-	-
INSS retido	-	18
Outros impostos	12	2
Total	13	8

c) Composição de empréstimos e financiamentos

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Infraestrutura Brasil Holding I.S.A.	CCB 1	149.500	28/05/2021	CDI + 1,50% a.a.	Bullet	Bullet	22/02/2024	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada	203.080	176.950
Infraestrutura Brasil Holding I.S.A.	1ª Nota Comercial	319.500	23/02/2023	CDI + 1,50% a.a.	Bullet	Bullet	23/02/2024	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada	358.932	-
Infraestrutura Brasil Holding I.S.A.	CCB 2	5.000	28/04/2023	CDI + 2,60% a.a.	Bullet	Bullet	26/04/2024	Garantias Corporativa prestadas no âmbito do Revolving Credit Agreement celebrado inicialmente entre fundos geridos pelo Pátria.	5.519	-
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A.								(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão Holding, OB I, OB II e OB III; (ii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto;		
Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A.								(iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadoras relativas ao projeto (iv) Fiança Bancária até a Conclusão do Projeto¹.		
Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A.								(v) Custo de Colocação de Dívidas		
Total									567.532	1.766.401

¹ Conclusão do Projeto obtida em julho de 2023, e fianças bancárias exoneradas

13. Encargos com energia elétrica

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Encargos de uso de rede elétrica	-	2.285
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	-	131
Total	-	2.416

14. Passivos de arrendamentos – a) Composição dos passivos de arrendamentos:

... continuação

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

Emprestimos e Financiamentos	Controladora		Total	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31/12/2021	424.043	(1.685)	422.358			
Ingresso	49	-	49			
Provisão de juros	51.372	-	51.372			
Amortização de custos de colocação de dívida	-	1.280	(1.280)			
Liquidação do principal	(264.000)	-	(264.000)			
Liquidação dos encargos	(34.514)	-	(34.514)			
Saldo em 31/12/2022	176.500	(405)	176.095			
Ingresso	324.500	-	324.500			
Provisão de juros	66.082	-	66.082			
Amortização de custos de colocação de dívida	-	405	(405)			
Saldo em 31/12/2023	567.532	-	567.532			
Circulante	-	-	-			
Não circulante	-	-	-			

e) Fluxo nominal

Fluxo nominal	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	567.532	176.950	615.522	222.510
2025	-	-	46.575	44.195
2026	-	-	46.865	44.460
2027	-	-	47.166	44.735
2028	-	-	47.479	45.022
2029	-	-	805.690	814.412
Total	567.532	176.950	1.609.297	1.215.335

Referência à composição por ano de vencimento no valor bruto da dívida. f) Custo de transação Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. g) **Condições restritivas financeiras ("covenants"):** O financiamento com o BNDES obtido pelas investidas da Companhia possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding S.A., com base nas demonstrações financeiras. O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 considerando os dados de encerramento em 31 de dezembro de 2022, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente. Em 31 de dezembro de 2023 o índice de 1,30 não foi atingido, entretanto não há nenhum impacto para o vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

17. Debêntures – a) Contrato: 1ª Emissão de Debêntures: Em 25/10/2022, a Companhia captou o valor de R\$298.200, via sua 1ª emissão de debêntures, com vencimento para 10/03/2023. A dívida é composta por duas séries, sendo: (i) 1ª série no valor de R\$245.000, composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 1,40% ao ano e (ii) 2ª série no valor de R\$53.200, composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com uma taxa fixa de 1,20% ao ano. Ambas as séries foram quitadas antecipadamente, em 24/02/2023.

Companhia	Descrição	Valor	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Controladora		Consolidado	
								31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Debêntures	298.200	18/10/2022	CDI + 1,20% a.a.	Bullet	Bullet	10/03/2023	-	306.003	-	306.003

b) Movimentação de debêntures

Debêntures	Controladora		Total	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-	-	-
Ingresso	298.200	-	298.200	-	-	-
Provisão de juros	7.803	-	7.803	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	306.003	-	306.003	-	-	-
Provisão de juros	6.600	-	6.600	-	-	-
Liquidação do principal	(298.200)	-	(298.200)	-	-	-
Liquidação dos encargos	(14.403)	-	(14.403)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	1.737	-	1.737	-	-	-

18. Provisão para riscos

Processo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processo fiscal (a)	-	-	1.680	-
Reclamações trabalhistas (b)	-	-	57	57
Movimentação da provisão para riscos:	-	-	1.737	57

(a) A investida indireta OB III, possui processo correspondente a questionamento sobre escrituração de notas fiscais em 2020 e 2021. A contrapartida foi o registro de uma conta a receber com o antigo provedor de outsourcing fiscal, visto que conforme contrato em caso de perda o mesmo assumirá o custo, o valor da causa é de R\$1.637. (b) A OBI foi incluída como parte em ação reclamatória trabalhista movida por ex-funcionário de empresa contratada para a fase de construção do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão. Na ação são reclamadas verbas trabalhistas rescisórias e danos morais. A Administração da Companhia considera o prognóstico de perda como provável. Riscos possíveis. A Companhia possui processo relativo ao questionamento da área considerada edificável do projeto para fins de expedição do alvará de construção. Através de emissão de pedido de liminar realizado pela Companhia, que foi deferido, o valor da taxa de expedição foi reduzido. A Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$ 1.130. As controladas indiretas da Companhia possuem processo em fase administrativa correspondente a questionamento sobre recolhimento de ISS. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$ 2.500. **19. Patrimônio líquido – a) Capital social:** O capital social subscrito da Companhia em 31/12/2023 e de R\$850.000 (R\$750.001 em 31/12/2022), representado por 850.000 ações (750.001 em 31/12/2022). A composição do capital social por acionista é como se segue:

Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	31/12/2023		31/12/2022	
	100%	100%	100%	100%
Saldo anterior	87	286	87	286
Adições	1.680	88	1.680	88
Pagamentos	-	(31)	-	(31)
Reversão de provisão	-	(286)	-	(286)
Total	1.737	57	1.737	57

b) Alterações no capital social: Em 15/09/2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$533.742 (representado por 533.747 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) sem a restituição do montante, uma vez que o capital social objeto da redução não se encontra integralizado. Na mesma assembleia, foi aprovado um aumento do capital social de R\$633.741 mediante a subscrição privada de 633.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Valor de R\$ 21.999 integralizado em 15/09/2023 conforme quadro da Demonstração das Mutações do patrimônio líquido

c) Resultado por ação

Métrica	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(122.696)	(144.231)	(122.696)	(144.231)
Média ponderada de ações ordinárias	779.315,422	679.315,568	779.315,422	679.315,568
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,1574)	(0,2123)	(0,1574)	(0,2123)

20. Receita operacional líquida

Geração de energia – contratada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Geração de energia – contratada	-	-	180.528	161.119
Geração de energia – CCEE	-	-	15	491
PIS	-	-	180.543	161.610
COFINS	-	-	(1.168)	(1.050)
TFSEE	-	-	(5.394)	(4.848)
Total	-	-	(1.573)	(1.695)
Total	-	-	(8.136)	(7.593)
Total	-	-	172.407	154.017

21. Custo dos serviços prestados

Custo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia	-	-	(7.966)	(315)
Tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST") (i)	-	-	(26.945)	(26.038)
Custos com energia elétrica	-	-	(34.911)	(26.353)
Pessoal e encargos	-	-	(601)	(638)
Materiais	-	-	(713)	(1.120)
Serviços de terceiros	-	-	(9.744)	(7.936)
Prêmios de seguros	-	-	(2.379)	(1.649)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(2.117)	(1.748)
Depreciação e amortização	-	-	(48.480)	(55.280)
Outros	-	-	(734)	(886)
Custos de operação	-	-	(64.768)	(69.457)
Total	-	-	(99.679)	(95.810)

(i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL.

22. Despesas gerais e administrativas

Pessoal e encargos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(13.731)	(14.481)	(13.731)	(14.481)
Materiais	(34)	(97)	(34)	(124)
Serviços de terceiros	(2.189)	(1.060)	(4.442)	(1.964)
Seguros	(14)	(70)	(14)	(70)
Provisão para contingências	-	-	(42)	(22)
Depreciação e amortização	(1.340)	(1.535)	(1.340)	(1.535)
Tributos	(17)	(2)	(17)	(2)
Arrendamentos e aluguéis	(190)	(183)	(209)	(279)
Outras despesas	(841)	(658)	(1.628)	(1.264)
Total	(18.356)	(18.086)	(21.462)	(19.512)

23. Resultado financeiro

Rendimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos das aplicações financeiras	810	1.029	9.467	8.594
Tributos sobre receitas financeiras	(39)	(50)	(50)	(71)
Outras receitas financeiras	29	40	50	3.486
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	800	1.019	9.467	12.009
Comissões, garantias e fianças (i)	(72.681)	(58.815)	(163.654)	(163.500)
IOF	(98)	-	(12.577)	(193)
Total	(70.979)	(57,746)	(146,757)	(151,079)

24. Instrumentos financeiros por categoria – valor justo e contábil

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Controladora Mensuração a valor justo		Consolidado Mensuração a valor justo	
			2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	53.616	53.616	53.616	53.616	
Títulos e valores mobiliários	CDI	44.981	44.981	44.981	44.981	
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(567.532)	(567.532)	(567.532)	(567.532)	
Partes relacionadas	IPCA	(1.041.766)	(1.041.766)	(1.041.766)	(1.041.766)	
Total		(550,131)	(550,131)	(550,131)	(550,131)	

25. Instrumentos financeiros – A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. **a) Gestão de risco:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são: (i) Risco de liquidez: A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de caixa de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo. (ii) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. (iii) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessário contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa. **b) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31/12/2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos financeiros.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I Impacto provável no resultado		Cenário II Elevação de índice em 25%		Cenário III Elevação de índice em 50%	
			Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%		
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	14.579	1.455	1.819	728	2.183	2.183	
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(567.532)	(56.659)	(70.823)	(28.329)	(84.988)	(84.988)	
Total			(55,204)	(69,004)	(27,601)	(82,805)	(82,805)	

26. Gestão do capital – A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. Transações que não afetam Caixa – As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

Transação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Constituição de arrendamento no imóvel	1.432	56	1.432	-
Provisão para contingência	38	60	1.637	1.146
Provisões de fornecedores	1.470	116	5.632	1.146

28. Seguros – A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais, D&O, responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia. **29. Eventos Subsequentes** – Em 05/02/2024, a IBH I liquidou antecipadamente a CCB 2, no valor total de R\$5.953. Em 09/02/2024 ocorreu um novo aditamento à CCB 1 com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22/08/2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano. Em 14/02/2024 ocorreu um aditamento à 1ª emissão de Notas Comerciais da IBH I, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22/08/2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano. Em 20/02/2024, a IBH I captou o valor de R\$100.000, via sua 2ª emissão de debêntures, com vencimento para 19/02/2025 e taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,60% ao ano.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos.** Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6, nº 9 e nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado e ativo intangível. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas aos fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerer grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esses ativos são referentes à planta fotovoltaica adquiridas em dezembro de 2020. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acurácia matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotadas ...

Leonardo Augusto Serpa – Presidente
Eduardo Bechara de Rosa – Diretor
Juliana Araujo – Contadora CRC RJ 110504/0-5

... continuação

Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8
Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora CRC nº 1 SP 264.857/O-6

Deloitte.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da Ata de Alteração de Contrato realizada em 08/12/2023 da In-Haus Industrial e Serviços de Logística Ltda. ção de operações, pela Companhia, com os acionistas da Companhia, ou com pessoas físicas ou jurídicas que sejam partes ligadas dos respectivos acionistas da Companhia. Entende-se como parte ligada para fins deste estatuto, qualquer pessoa que direta ou indiretamente controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com acionista/quotista da Companhia ou das Subsidiárias, assim como os respectivos cônjuges, ex-cônjuges, companheiros em regime de união estável ou equivalente, colaterais até o 4º (quarto) grau de consanguinidade, ascendentes e descendentes em linha reta de tal pessoa; t) a aprovação de qualquer investimento (CAPEX, que, seja, isolada ou conjuntamente, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em uma ou mais operações consumadas ou contratadas em um período de 12 (doze) meses; u) a alienação e/ou oneração de quaisquer bens ou direitos, tangíveis ou intangíveis da Companhia, que sejam contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, incluindo itens do ativo circulante (exceto caixa e disponibilidades), bem como quaisquer contratos celebrados com clientes, que gerem recebíveis futuros ("Ativos"), em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) em uma ou mais operações consumadas ou contratadas em um período de 12 (doze) meses, com exceção da constituição de ônus sobre recebíveis performados ou a performar na contratação de operações financeiras em condições de mercado e junto a instituições financeiras; v) a realização de uma oferta pública de ações da Companhia que não esteja regulado em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, e, w) a transformação da Companhia em outro tipo societário. **Parágrafo Sétimo.** Dependendo, também, de prévia e expressa aprovação do(s) Acionista(s), que detenha(m), no mínimo, a maioria do Capital Social Votante da Companhia, a orientação dos votos a serem proferidos pelos representantes da Companhia nas assembleias gerais, reuniões de sócios ou quaisquer órgãos de deliberação das sociedades controladas e/ou coligadas pela/ com a Companhia (nos termos dos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 243 da Lei nº 6.404/1976), em relação às matérias listadas no **Parágrafo Sexto** acima, quando aplicáveis às controladas e coligadas. **Parágrafo Oitavo.** Compete ao Diretor Presidente: a) Presidir as reuniões da Diretoria; b) Participar, sempre que convocado, das Assembleias Gerais; c) Coordenar as relações entre a Diretoria e o(s) Acionista(s), representando a Companhia institucionalmente, interna e externamente; d) Coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores, observadas as respectivas áreas de competência, objetivando compatibilizar a atuação de todos no interesse da Companhia; e) Representar a Companhia, quando, por força de lei ou decisão judicial, for exigível o depoimento pessoal ou o interrogatório de seu representante legal. **Artigo 11º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer um dos Diretores, e, suas resoluções constarão no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, sendo as reuniões realizadas na sede da Companhia ou no local indicado na convocação. **Parágrafo Primeiro.** O quórum mínimo para quaisquer deliberações da Diretoria é de 2 (dois) Diretores. Na ausência do Diretor Presidente, feita a convocação regular, o quórum mínimo requerido para instalação da Reunião será de 3 (três) Diretores, devendo as deliberações ser tomadas por maioria. **Parágrafo Segundo.** Considerar-se-á regularmente convocada a Diretoria, por qualquer meio que permita a comprovação do recebimento da convocação por parte dos Diretores, tais como telegrama, carta registrada, e-mail ou qualquer outro meio semelhante. Considera-se regular a reunião que contar com a presença de todos os Diretores, que deverão assinar a ata de Reunião da Diretoria. **Capítulo IV – Deveres e Responsabilidades dos Administradores. Artigo 12º.** Além de outros deveres e responsabilidades previstos na Lei nº 6.404/1976, os administradores devem servir com lealdade a Companhia e manter reserva sobre seus negócios, sendo-lhes vedado: I – usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais de que tenham conhecimento em razão do exercício de seu cargo; II – omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia; III – adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabem necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir. **Parágrafo Primeiro.** Cumpra, ademais, aos Diretores, guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo, sendo-lhes vedado valer-se da informação para obter vantagem, para si ou para outrem. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores devem zelar para que a violação do disposto no **Parágrafo Primeiro** não venha ocorrer através de subordinados ou terceiros de sua confiança. **Artigo 13º.** Cumpra aos Diretores abster-se de manter atividades ou participar de negócio concorrente ou conflitante com a Companhia, salvo se esta, consignando em ata da Assembleia Geral, não se interessar pelo desenvolvimento do negócio ou da atividade. Outrossim, é vedado aos Diretores intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como em qualquer deliberação que seja tomada pelos demais Diretores, cumprindo-lhes cientificar os demais administradores do seu impedimento e fazer consignar em ata da Assembleia Geral a natureza e extensão desse impedimento. **Parágrafo Único.** Ainda que observado o disposto neste **Artigo**, os Diretores somente podem contratar com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 14º.** O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto de 3 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes, os quais serão eleitos em Assembleia Geral que deliberar a sua instalação, sendo os conselheiros escolhidos entre acionistas ou não, brasileiros e residentes no País, com a observância das prescrições legais. **Parágrafo**

Primeiro. Os membros efetivos do Conselho Fiscal ou os suplentes em exercício perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, ao determinar a instalação e o funcionamento do órgão, respeitado o mínimo estabelecido no § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/1976. **Parágrafo Segundo.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido do(s) Acionista(s), obedecidas as determinações legais, caso em que cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que for realizada após a sua instalação. **Capítulo VI – Assembleia Geral. Artigo 15º.** A Assembleia Geral convocada e instalada de acordo com a Lei e este Estatuto Social tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e para tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como fixar os honorários dos Diretores da Companhia. **Artigo 16º.** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas pela Diretoria ou qualquer acionista, observadas as exceções previstas na Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro.** As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos no art. 132 da Lei das S.A., e as Extraordinárias sempre que forem convocadas, atendidos os prazos estabelecidos no art. 124 da Lei nº 6.404/1976. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias podem ser cumulativamente convocadas e instaladas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Parágrafo Segundo.** A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação contendo, além do local, data e hora da Assembleia Geral, a ordem do dia. A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado do prazo da publicação do primeiro anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. **Parágrafo Quarto.** Independentemente das formalidades previstas nos **Parágrafos Segundo e Terceiro** deste **Artigo**, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 17º.** Os acionistas ou os seus representantes legais presentes na Assembleia Geral, antes de sua instalação, deverão assinar o Livro de Presença de Acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade das ações de que forem titulares. Serão considerados presentes na Assembleia Geral os Acionistas que participarem por meio eletrônico, conferência telefônica, vídeo conferência, ou por qualquer outro meio que permita a identificação do Acionista e a sua manifestação de voto. **Artigo 18º.** As Assembleias Gerais serão presididas por um dos Diretores presentes escolhido pelos Acionistas, a quem incumbirá a escolha do secretário. **Artigo 19º.** Exceto se quorum maior estiver previsto neste Estatuto, em lei ou em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, quaisquer deliberações das Assembleias Gerais somente serão válidas se contarem com o voto favorável de Acionistas que representem, em primeira convocação, a maioria absoluta do Capital Social Votante, e, em segunda, pela maioria do Capital Social Votante que estiver presente na Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se compelem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais Acordos de Acionistas. **Parágrafo Segundo.** As atas de Assembleias Gerais deverão ser: (i) lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos Acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e, (ii) publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 20º.** Nas hipóteses expressa e taxativamente previstas na Lei nº 6.404/1976, o Acionista dissidente poderá retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações, o qual será fixado com base no valor patrimonial constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral e será pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas. **Capítulo VII – Exercício Social, Lucros e sua Distribuição. Artigo 21º.** O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro.** Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas na Lei nº 6.404/1976, as quais deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Parágrafo Segundo.** Poderão ser elaborados balanços mensais, trimestrais ou semestrais, e, por proposta da Diretoria, poderá haver declaração de dividendos intermediários, à conta dos lucros apurados nos balanços trimestrais ou dos lucros acumulados, desde que observados os limites estabelecidos neste Estatuto Social. **Artigo 22º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/1976. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro remanescente serão deduzidas as participações estatutárias, se houver, calculadas segundo a ordem de preferência prevista no art. 190 da Lei nº 6.404/1976. **Parágrafo Segundo.** Do lucro líquido do exercício serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social, e destinados pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) na distribuição do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício e das reservas de lucros. **Artigo 23º.** A Diretoria fica autorizada a pagar juros calculados sobre o patrimônio líquido, até o limite da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a título de remuneração do capital próprio, nos termos do que prevê o art. 9º da Lei nº 9.249/1995, alterado pelo art. 78 da Lei nº 9.430/1996, e na respectiva regulamentação fiscal de regência, e imputar os referidos juros como valor parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social.

Parágrafo Único. Os juros eventualmente pagos aos Acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. **Capítulo VIII – Liquidação da Companhia. Artigo 24º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos e pelo modo previsto em Lei, ou ainda de acordo com o que determinar a Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Sendo a liquidação fixada em Assembleia Geral, esta deverá eleger e nomear o liquidante. **Parágrafo Segundo.** Caso ainda não esteja instalado o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral o elegerá e fixar-lhe-á a remuneração no período de liquidação. **Capítulo IX – Arbitragem. Artigo 25º.** Conforme previsto pela Lei nº 9.307/1996, os Acionistas, a Companhia, bem como seus sucessores a qualquer título, desde logo resolvem que qualquer divergência, controvérsia, diferença ou reclamação relativa aos conflitos societários envolvendo a Companhia ou seus Acionistas e que não possa ser resolvida de forma pacífica dentro de um prazo de 30 (trinta) dias mediante acordo privado entre os Acionistas será decidida, definitivamente, pela via arbitral. A arbitragem será instituída, processada e conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em língua portuguesa e segundo o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá, em procedimento a ser administrado por referida Câmara. **Parágrafo Primeiro.** Qualquer acionista pode submeter a controvérsia à arbitragem enviando uma notificação para os demais Acionistas envolvidos. A decisão de submeter à arbitragem terá a natureza de execução específica. **Parágrafo Segundo.** A arbitragem será realizada por 3 (três) árbitros. Estando envolvidos na disputa, a Companhia, seus acionistas, administradores e/ou membros do Conselho Fiscal da Companhia, tais entes assumem a obrigação de reunirem-se ativa ou passivamente na defesa de interesses comuns de forma que a arbitragem será sempre conduzida por 3 (três) árbitros, eleitos e substituídos de acordo com as regras da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (um árbitro indicado pelo(s) requerente(s), outro indicado pelo(s) requerido(s) e o terceiro, indicado, de comum acordo, e em prazo de 10 (dez) dias, pelos dois primeiros árbitros já nomeados). O terceiro árbitro será o presidente do tribunal. Se quaisquer das partes deixar de indicar árbitros, ou o terceiro árbitro não for escolhido dentro do prazo de 10 (dez) dias acima mencionado, o Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá procederá à essas nomeações. **Parágrafo Terceiro.** Os Acionistas instruirão os árbitros para que a audiência arbitral seja realizada dentro de 30 (trinta) dias após a entrega dos respectivos termos de referência. Os árbitros serão instruídos pelos Acionistas para que profiram a sentença arbitral dentro de 60 (sessenta) dias a contar da data da instituição da arbitragem. A sentença arbitral será definitiva, obrigatória e vinculante para os Acionistas, e a decisão pode ser executada por qualquer juízo competente. Os Acionistas têm expressa ciência da inexistência de qualquer direito de recurso em relação a sentença arbitral assim proferida, nos termos da Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Quarto.** Cada um dos Acionistas envolvidos arcará, antes da prolação da sentença arbitral, com os respectivos custos e despesas decorrentes do procedimento arbitral. Os árbitros podem, a seu critério, determinar que seus honorários, os honorários dos advogados e outras custas e despesas similares sejam suportadas pela parte que for derrotada na arbitragem. **Parágrafo Quinto.** Os Acionistas submetidos à arbitragem podem buscar proteção judicial (e nenhuma disposição deste **Parágrafo Quinto** deve ser interpretada como uma renúncia à arbitragem como um meio válido para resolver as controvérsias societárias aqui tratadas) apenas para o fim de: (i) assegurar o início do procedimento arbitral de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) propor qualquer ação, em qualquer tribunal com jurisdição competente, visando obter uma medida cautelar ou outra medida provisória para fazer com que o outro acionista cumpra com suas obrigações, assumidas nos termos deste Estatuto Social, antes ou durante os procedimentos arbitrais ou para evitar ou suspender qualquer dano presente, imediato ou provável; e, (iii) executar quaisquer sentenças ou decisões proferidas pelos árbitros. **Parágrafo Sexto.** Para os fins do **Parágrafo Quinto**, o(s) Acionista(s) desde logo eleger(m) o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em prejuízo de qualquer outra jurisdição, por mais privilegiada que seja. **Parágrafo Sétimo.** Havendo necessidade de procedimento judicial, a parte vencida pagará todas as custas e despesas processuais, inclusive honorários dos advogados da parte vencedora. **Capítulo X – Disposições Gerais e Transitórias. Artigo 26º.** As operações entre Partes Relacionadas somente podem ser contratadas em condições razoáveis e equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado e devidamente aprovadas pela Assembleia Geral, nos termos previstos neste Estatuto. **Parágrafo Único.** A Diretoria deverá sempre se certificar de que os contratos com partes relacionadas, Acordo(s) de Acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia fiquem à disposição dos acionistas e do Conselho de Administração ou sejam prontamente disponibilizados quando solicitados. **Artigo 27º.** A Companhia observará o(s) Acordo(s) de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral e/ou da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer Acionista e/ou Diretor proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessação de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em Acordo(s) de Acionistas. **Artigo 28º.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15-dez-1976 e legislação vigente aplicável. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 610/24-0 e NIRE 35.300.630.114 em 02/01/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Sol do Sertão Holding S.A.

CNPJ/MF nº 37.733.035/0001-40

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. Tabela com 8 colunas para anos e 2 para períodos. Inclui Ativo Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido Circulante, Não Circulante, Total do Passivo e Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

1. Contexto operacional - A Sol do Sertão Holding S.A. ("Companhia" ou "Sol do Sertão") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13/12/2019, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo (SP). A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia possui 100% de participação nas seguintes Sociedades de Propósito Específico ("SPE"): Sol do Sertão OBI Energia Solar S.A. ("OBI I"), Sol do Sertão OBI II Energia Solar S.A. ("OBI II") e Sol do Sertão OBI III Energia Solar S.A. ("OBI III").

A Companhia, controlada pela Infraestrutura Brasil Holding I.S.A. ("IBH"), faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. Continuidade das operações: A Companhia apresenta capital circulante líquido positivo em 31/12/2023 de R\$9.439 (negativo em R\$10.693 em 31/12/2022) no Consolidado, decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração solar de suas controladas.

31.12.2023 Despesa de depreciação Taxa ANEEL 56.101 Despesa de depreciação 30 anos 48.443 Impacto total do Consolidado 7.658

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - a) Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1. Contas a receber - As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. 3. Principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. 3.1. Contas a receber: Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas. 3.2. Títulos e valores mobiliários: As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício. 3.3. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos. A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, se necessário. 3.4. Ativo imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revista anualmente e ajustada, se necessário. No exercício findo em 31/12/2023 a Companhia e suas investidas revisaram

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Tabela com 8 colunas para anos e 2 para períodos. Inclui Receita líquida, Custos de operação, Custo dos serviços prestados, Resultado bruto, Despesas operacionais, Resultado financeiro antes do imposto de renda e contribuição social, Resultado financeiro, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Prejuízo do exercício.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Tabela com 8 colunas para anos e 2 para períodos. Inclui Prejuízo do exercício, Resultados abrangentes, Resultado abrangente total do exercício.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Tabela com 8 colunas para anos e 2 para períodos. Inclui Saldo em 31 de dezembro de 2021, Prejuízo do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Prejuízo do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Tabela com 8 colunas para anos e 2 para períodos. Inclui Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa.

Tabela com 3 colunas: Norma, Alteração, Vigência. Lista de normas contábeis e suas alterações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Tabela com 8 colunas para anos e 2 para períodos. Inclui Depósitos bancários, Aplicações financeiras (i).

6. Contas a receber

Tabela com 8 colunas para anos e 2 para períodos. Inclui CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (i), CCEE (ii).



... continuação

Sol do Sertão Holding S.A.

individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consoli-

ladas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-8
Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora CRC nº 1SP 264.857/O-6

Deloitte.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira em lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da Ata de Alteração Contratual realizada em 08/12/2023 da Allis Luandre Soluções em Trade e Pessoas Ltda. da Companhia; **III** – adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabem necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir. **Parágrafo Primeiro.** Cumpre, ademais, aos Diretores, guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo, sendo-lhes vedado valer-se da informação para obter vantagem, para si ou para outrem. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores devem zelar para que a violação do disposto no **Parágrafo Primeiro** não venha ocorrer através de subordinados ou terceiros de sua confiança. **Artigo 13º.** Cumpre aos Diretores abster-se de manter atividades ou participar de negócio concorrente ou conflitante com a Companhia, salvo se esta, consignando em ata da Assembleia Geral, não se interessar pelo desenvolvimento do negócio ou da atividade. Outrossim, é vedado aos Diretores intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como em qualquer deliberação que seja tomada pelos demais Diretores, cumprindo-lhes identificar os demais administradores do seu impedimento e fazer consignar em ata da Assembleia Geral a natureza e extensão desse impedimento. **Parágrafo Único.** Ainda que observado o disposto neste **Artigo**, os Diretores somente podem contratar com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 14º.** O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto de **3** (três) membros efetivos e de igual número de suplentes, os quais serão eleitos em Assembleia Geral que deliberar a sua instalação, sendo os conselheiros escolhidos entre acionistas ou não, brasileiros e residentes no País, com a observância das prescrições legais. **Parágrafo Primeiro.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal ou os suplentes em exercício perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, ao determinar a instalação e o funcionamento do órgão, respeitado o mínimo estabelecido no § 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/1976. **Parágrafo Segundo.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido do(s) Acionista(s), obedecidas as determinações legais, caso em que cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária que for realizada após a sua instalação. **Capítulo VI – Assembleia Geral. Artigo 15º.** A Assembleia Geral convocada e instalada de acordo com a Lei e este Estatuto Social tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e para tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, bem como fixar os honorários dos Diretores da Companhia. **Artigo 16º.** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas pela Diretoria ou qualquer acionista, observadas as exceções previstas na Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro.** As Assembleias Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos **4** (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos no art. 132 da Lei das S.A., e as Extraordinárias sempre que forem convocadas, atendidos os prazos estabelecidos no art. 124 da Lei nº 6.404/1976. As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias podem ser cumulativamente convocadas e instaladas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. **Parágrafo Segundo.** A convocação far-se-á mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação contendo, além do local, data e hora da Assembleia Geral, a ordem do dia. A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com **8** (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado do prazo da publicação do primeiro anúncio. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de **5** (cinco) dias. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. **Parágrafo Quarto.** Independentemente das formalidades previstas nos **Parágrafos Segundo e Terceiro** deste **Artigo**, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 17º.** Os acionistas ou os seus representantes legais presentes na Assembleia Geral, antes de sua instalação, deverão assinar o Livro de Presença de Acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade das ações de que forem titulares. Serão considerados presentes na Assembleia Geral os Acionistas que participarem por meio eletrônico, conferência telefônica, vídeo conferência, ou por qualquer outro meio que permita a

identificação do Acionista e a sua manifestação de voto. **Artigo 18º.** As Assembleias Gerais serão presididas por um dos Diretores presentes escolhido pelos Acionistas, a quem incumbirá a escolha do secretário. **Artigo 19º.** Exceto se quórum maior estiver previsto neste Estatuto, em lei ou em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, quaisquer deliberações das Assembleias Gerais somente serão válidas se contarem com o voto favorável de Acionistas que representem, em primeira convocação, a maioria absoluta do Capital Social Votante, e, em segunda, pela maioria do Capital Social Votante que estiver presente na Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se compute os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais Acordos de Acionistas. **Parágrafo Segundo.** As atas de Assembleias Gerais deverão ser: (i) lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos Acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e, (ii) publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 20º.** Nas hipóteses expressa e taxativamente previstas na Lei nº 6.404/1976, o Acionista dissidente poderá retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações, o qual será fixado com base no valor patrimonial constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral e será pago em **12** (doze) parcelas mensais e consecutivas. **Capítulo VII – Exercício Social, Lucros e sua Distribuição. Artigo 21º.** O exercício social terá a duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro.** Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas na Lei nº 6.404/1976, as quais deverão ser auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Parágrafo Segundo.** Poderão ser elaborados balanços mensais, trimestrais ou semestrais, e, por proposta da Diretoria, poderá haver declaração de dividendos intermediários, à conta dos lucros apurados nos balanços trimestrais ou dos lucros acumulados, desde que observados os limites estabelecidos neste Estatuto Social. **Artigo 22º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/1976. **Parágrafo Primeiro.** Do lucro remanescente serão deduzidas as participações estatutárias, se houver, calculadas segundo a ordem de preferência prevista no art. 190 da Lei nº 6.404/1976. **Parágrafo Segundo.** Do lucro líquido do exercício serão aplicados **5%** (cinco por cento) na constituição da reserva legal, até que seu montante atinja **20%** (vinte por cento) do Capital Social, e destinados pelo menos **25%** (vinte e cinco por cento) na distribuição do dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do saldo do lucro líquido do exercício e das reservas de lucros. **Artigo 23º.** A Diretoria fica autorizada a pagar juros calculados sobre o patrimônio líquido, até o limite da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a título de remuneração do capital próprio, nos termos do que prevê o art. 9º da Lei nº 9.249/1995, alterado pelo art. 78 da Lei nº 9.430/1996, e na respectiva regulamentação fiscal de regência, e imputar os referidos juros como valor parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social. **Parágrafo Único.** Os juros eventualmente pagos aos Acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. **Capítulo VIII – Liquidação da Companhia. Artigo 24º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos e pelo modo previsto em Lei, ou ainda de acordo com o que determinar a Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** Sendo a liquidação fixada em Assembleia Geral, esta deverá eleger e nomear o liquidante. **Parágrafo Segundo.** Caso ainda não esteja instalado o Conselho Fiscal, a Assembleia Geral o elegerá e fixar-lhe-á a remuneração no período de liquidação. **Capítulo IX – Arbitragem. Artigo 25º.** Conforme previsto pela Lei nº 9.307/1996, os Acionistas, a Companhia, bem como seus sucessores a qualquer título, desde logo resolvem que qualquer divergência, controvérsia, diferença ou reclamação relativa aos conflitos societários envolvendo a Companhia ou seus Acionistas e que não possa ser resolvida de forma pacífica dentro de um prazo de **30** (trinta) dias mediante acordo privado entre os Acionistas será decidida, definitivamente, pela via arbitral. A arbitragem será instituída, processada e conduzida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em língua portuguesa e segundo o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá, em procedimento a ser administrado por referida Câmara. **Parágrafo Primeiro.**

Qualquer acionista pode submeter a controvérsia à arbitragem enviando uma notificação para os demais Acionistas envolvidos. A decisão de submeter à arbitragem terá a natureza de execução específica. **Parágrafo Segundo.** A arbitragem será realizada por **3** (três) árbitros. Estando envolvidos na disputa, a Companhia, seus acionistas, administradores e/ou membros do Conselho Fiscal da Companhia, tais entes assumem a obrigação de reunirem-se ativa ou passivamente na defesa de interesses comuns de forma que a arbitragem será sempre conduzida por **3** (três) árbitros, eleitos e substituídos de acordo com as regras da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (um árbitro indicado pelo(s) requerente(s), outro indicado pelo(s) requerido(s) e o terceiro, indicado, de comum acordo, e em prazo de **10** (dez) dias, pelos dois primeiros árbitros já nomeados). O terceiro árbitro será o presidente do Tribunal. Se quaisquer das partes deixar de indicar árbitros, ou o terceiro árbitro não for escolhido dentro do prazo de **10** (dez) dias acima mencionado, o Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá procederá à essas nomeações. **Parágrafo Terceiro.** Os Acionistas instruirão os árbitros para que a audiência arbitral seja realizada dentro de **30** (trinta) dias após a entrega dos respectivos termos de referência. Os árbitros serão instruídos pelos Acionistas para que profiram a sentença arbitral dentro de **60** (sessenta) dias a contar da data da instituição da arbitragem. A sentença arbitral será definitiva, obrigatória e vinculante para os Acionistas, e a decisão pode ser executada por qualquer juízo competente. Os Acionistas têm expressa ciência da inexistência de qualquer direito de recurso em relação a sentença arbitral assim proferida, nos termos da Lei nº 9.307/96. **Parágrafo Quarto.** Cada um dos Acionistas envolvidos arcará, antes da prolação da sentença arbitral, com os respectivos custos e despesas decorrentes do procedimento arbitral. Os árbitros podem, a seu critério, determinar que seus honorários, os honorários dos advogados e outras custas e despesas similares sejam suportadas pela parte que for derrotada na arbitragem. **Parágrafo Quinto.** Os Acionistas submetidos à arbitragem podem buscar proteção judicial (e nenhuma disposição deste **Parágrafo Quinto** deve ser interpretada como uma renúncia à arbitragem como um meio válido para resolver as controvérsias societárias aqui tratadas) apenas para o fim de: (i) assegurar o início do procedimento arbitral de acordo com o disposto neste Estatuto Social; (ii) propor qualquer ação, em qualquer tribunal com jurisdição competente, visando obter uma medida cautelar ou outra medida provisória para fazer com que o outro acionista cumpra com suas obrigações, assumidas nos termos deste Estatuto Social, antes ou durante os procedimentos arbitrais ou para evitar ou suspender qualquer dano presente, imediato ou provável; e, (iii) executar quaisquer sentenças ou decisões proferidas pelos árbitros. **Parágrafo Sexto.** Para os fins do **Parágrafo Quinto**, o(s) Acionista(s) desde logo elegem(m) o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em prejuízo de qualquer outra jurisdição, por mais privilegiada que seja. **Parágrafo Sétimo.** Havendo necessidade de procedimento judicial, a parte vencida pagará todas as custas e despesas processuais, inclusive honorários dos advogados da parte vencedora. **Capítulo X – Disposições Gerais e Transitórias. Artigo 26º.** As operações entre Partes Relacionadas somente podem ser contratadas em condições razoáveis e equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado e devidamente aprovadas pela Assembleia Geral, nos termos previstos neste Estatuto. **Parágrafo Único.** A Diretoria deverá sempre se certificar de que os contratos com partes relacionadas, Acordo(s) de Acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia fiquem à disposição dos acionistas e do Conselho de Administração ou sejam prontamente disponibilizados quando solicitados. **Artigo 27º.** A Companhia observará o(s) Acordo(s) de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral e/ou da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer Acionista e/ou Diretor proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou a oneração e/ou a cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros títulos e valores mobiliários conversíveis que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em Acordo(s) de Acionistas. **Artigo 28º.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15-dez-1976 e legislação vigente aplicável. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 24/24-7 e NIRE 35.300.630.220 em 04/01/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Magna Sistemas Consultoria S.A.

CNPJ/MF nº 01.165.671/0001-75

Balanco Patrimonial – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	2023	2022	Passivo
Circulante	195.522	189.289	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	36.739	71.874	Fornecedores (Nota 9)
Contas a receber de clientes (Nota 5)	135.622	96.744	Contas a pagar (Nota 9)
Impostos a recuperar	7.742	7.001	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)
Despesas antecipadas (Nota 6)	14.790	11.882	Obrigações fiscais e tributárias (Nota 11)
Outros créditos	629	1.788	Obrigações com pessoal e encargos sociais (Nota 12)
Não circulante	21.200	14.400	Arrendamento mercantil
Depósitos judiciais	40	63	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Outros créditos	35	-	Não circulante
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	8.160	7.871	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)
Impostos diferidos	3.095	1.554	Arrendamento mercantil
Imobilizado (Nota 8)	8.241	3.234	Provisão para contingências (Nota 13)
Intangível	612	1	Patrimônio líquido (Nota 14)
Direito de uso	1.017	1.677	Capital social
Total do ativo	216.722	203.689	Reservas de lucros
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	Reservas de lucros		
	Capital social	Reserva legal	Reserva p/ investimentos
Lucro líquido do exercício	5.500	1.100	63.019
Destinação:	-	-	-
Reserva legal	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(24.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	(3.321)
Constituição de reservas	-	-	78.899
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.500	1.100	114.597
Saldo em 1º de janeiro de 2023	5.500	1.100	114.597
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Destinação:	-	-	-
Reserva legal	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(80.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	(6.653)
Constituição de reservas	-	-	78.446
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.500	1.100	106.390
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
1. Contexto operacional – As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento, importação, exportação, comercialização, suporte, treinamento, publicações e serviços de software e sistemas em geral. Comercialização sob qualquer título, importação, exportação, manutenção e assistência técnica de equipamentos e sistemas de informática, telecomunicações e comunicação de dados, bem como serviços complementares a eles relacionados. Licenciamento ou cessão de Direito de uso de Programas de computação. Representação de Qualquer Natureza Inclusiva Comercial. Gestão, administração e gerenciamento. Participação em sociedades e empreendimentos que se afigurem potencialmente lucrativos para a Companhia. 2. Resumo das principais políticas contábeis – 2.1. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de sócios realizada em 18 de março de 2024. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. 2.4. Reconhecimento da receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por meio da medição dos trabalhos executados, com o devido aceite do cliente e emissão respectiva nota fiscal. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.6. Contas a receber de clientes: São apresentadas de acordo com os valores de realização. A provisão, se aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. 2.7. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição adicionado aos demais gastos incorridos até que o bem seja colocado em operação. A depreciação é calculada pelo método linear. 2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para o mercado em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conexas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes, se houver. 2.9. Tributos: i) Impostos sobre vendas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) Cumulativo e Não Cumulativo às taxas de 0,65% I, 65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Cumulativo e Não Cumulativo às taxas de 3% e 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2,9% a 5%. • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta de 4,5%. ii) Imposto de renda e contribuição social – corrente: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. 2.10. Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 2.11. Novos pronunciamentos contábeis e novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados em 2023: a) Adoção de novos pronunciamentos contábeis: Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que afete materialmente as demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente. b) Novos pronunciamentos contábeis e ainda não adotados: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 – IAS 1) • Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto (alterações ao CPC 36 – IFRS 10 e ao CPC 18 – IAS 28) • Acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao IAS 7 e IFRS 7). As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. 3. Uso de estimativas e julgamentos – Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais, se aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. 4. Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos de caixa e em poder de bancos. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:			

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/03/2024

ICP Brasil

Accesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

... continuação

Magna Sistemas Consultoria S.A.

2023, sem modificação. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2024.

Ernst & Young
Audidores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP - 015.199/F
Giuseppe Grimaldi
Contador CRC RJ - 133.899/O



Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Santo Expedito Agroflorestal S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Em 10/01/2024, às 13h, na sede Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-G Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia em organização, devidamente qualificado no Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I desta Assembleia de Constituição. **Mesa:** Presidente: Marcelo Maris Sales. Secretário: Fernando Ribeiro Fortes Abucham. **Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Santo Expedito Agroflorestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16-G Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 100,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo I desta Assembleia de Constituição. 3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo II desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Santo Expedito Agroflorestal S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 4. Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelos quais compõem os Anexos III, IV e V respectivamente da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. 5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00. 6. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** Fernando Ribeiro Fortes Abucham e Marcelo Maris Sales. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 10/01/2024. JUCESP/NIRE nº 3530063267-2 em 21/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

Santo Antonio Agroflorestal S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Em 10/01/2024, às 15h, na sede Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-C Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia em organização, devidamente qualificado no Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I desta Assembleia de Constituição. **Mesa:** Presidente: Marcelo Maris Sales. Secretário: Fernando Ribeiro Fortes Abucham. **Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Santo Antonio Agroflorestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16-C Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 100,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo I desta Assembleia de Constituição. 3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo II desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Santo Antonio Agroflorestal S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 4. Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelos quais compõem os Anexos III, IV e V respectivamente da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. 5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00. 6. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** Fernando Ribeiro Fortes Abucham e Marcelo Maris Sales. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 10/01/2024. JUCESP/NIRE nº 3530063269-9 em 21/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

Algarrobo Propriedades Rurais e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Em 10/01/2024, às 10h, na sede Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-A Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia em organização, devidamente qualificado no Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I desta Assembleia de Constituição. **Mesa:** Presidente: Marcelo Maris Sales. Secretário: Fernando Ribeiro Fortes Abucham. **Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Algarrobo Propriedades Rurais e Participações S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16-A Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 100,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo I desta Assembleia de Constituição. 3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo II desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Algarrobo Propriedades Rurais e Participações S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 4. Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelos quais compõem os Anexos III, IV e V respectivamente da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. 5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00. 6. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** Fernando Ribeiro Fortes Abucham e Marcelo Maris Sales. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 10/01/2024. JUCESP/NIRE nº 3530063268-1 em 21/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

Araucaria Propriedades Rurais e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Em 10/01/2024, às 11h, na sede Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-C Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia em organização, devidamente qualificado no Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I desta Assembleia de Constituição. **Mesa:** Presidente: Marcelo Maris Sales. Secretário: Fernando Ribeiro Fortes Abucham. **Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Araucaria Propriedades Rurais e Participações S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16-C Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 100,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo I desta Assembleia de Constituição. 3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo II desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Araucaria Propriedades Rurais e Participações S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 4. Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelos quais compõem os Anexos III, IV e V respectivamente da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. 5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00. 6. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** Fernando Ribeiro Fortes Abucham e Marcelo Maris Sales. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 10/01/2024. JUCESP/NIRE nº 3530063368-7 em 06/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

Santo Ivo Agroflorestal S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Em 10/01/2024, às 14h, na sede Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-A Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia em organização, devidamente qualificado no Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I desta Assembleia de Constituição. **Mesa:** Presidente: Marcelo Maris Sales. Secretário: Fernando Ribeiro Fortes Abucham. **Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Santo Ivo Agroflorestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16-A Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. 2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00, representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 100,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo I desta Assembleia de Constituição. 3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo II desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Santo Ivo Agroflorestal S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 4. Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelos quais compõem os Anexos III, IV e V respectivamente da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. 5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00. 6. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** Fernando Ribeiro Fortes Abucham e Marcelo Maris Sales. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 10/01/2024. JUCESP/NIRE nº 3530063247-8 em 20/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

SC Edu Participações S.A.

CNPJ/MF nº 40.114.495/0001-02

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

A **SC Edu Participações S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.114.495/0001-02, através de sua Diretoria, devidamente representada por seu Diretor Presidente, convoca através do presente edital, todos os acionistas, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no endereço Av. Nove de Julho, 5617, 9º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 01407-200, às 10:00 horas, do dia 27 de março de 2024, com a seguinte Ordem do Dia: indicação e eleição dos Membros da Diretoria, conforme Marco de Investimento assinado entre os acionistas. São Paulo, 18 de março de 2024. **SC Edu Participações S.A.** - Diretor Presidente. (19, 20 e 21/03/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20 /03/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

